

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**O IMPACTO PSICOSSOCIAL DA EXPERIÊNCIA DE DESEMPREGO:
ANÁLISE DE UM CONTEXTO FORMATIVO**

Sara Madalena Passos de Sousa

Outubro 2016

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor *Joaquim Luís Coimbra* (FPCEUP) e coorientada pelo Professor Doutor *António José Miguel Cameira* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Declaração de Originalidade

Eu, SARA Madalena Passos de Sousa,

portador do BI/CC: 14360586

declaro, para os devidos efeitos, que o meu trabalho, intitulado

⊗ executado na Unidade Curricular Disseptaçã,

orientado pelo/a Professor/a Joaquim Coimbra ⊗⊗, é um trabalho original e

inédito, fruto das minhas pesquisas e investigações.

Declaro, ainda, que citei e referenciei todos os autores e documentos por mim utilizados na produção do trabalho. As frases ou parágrafos retiradas de trabalhos ou obras de outros autores (adaptadas ou não) e citadas neste trabalho estão assinaladas entre aspas e devidamente referenciadas, de acordo com as normas requeridas.

Declaro, também, que estou ciente de que o plágio – a utilização de partes de um trabalho alheio não devidamente referenciadas – pode resultar na anulação deste trabalho.

SARA Madalena Passos de Sousa

(Assinatura)

⊗ O Impacto Psicossocial da Experiência de Desemprego: Análise de um
⊗⊗ e coorientada pelo Professor Miguel Carneira Contexto Formativo.

Agradecimentos

Gostava de expressar, desde início, o meu agradecimento a todas as pessoas que, de algum modo, prestaram apoio e contribuíram para o sucesso deste percurso educativo.

Agradeço, primeiramente, ao Professor Doutor Joaquim Coimbra, por me ter apoiado num primeiro momento de desenvolvimento da dissertação, ao direcionar o rumo do estudo.

No mesmo sentido, não podia deixar de demonstrar o meu reconhecimento pela imprescindível cooperação do Professor Doutor Miguel Cameira enquanto coorientador de dissertação, ao apresentar total disponibilidade para contribuir, esclarecer, compreender, solucionar e me apoiar nas diversas etapas de planeamento, aplicação e análise do percurso.

À Professora Doutora Luísa Faria, Diretora do MIP, que se preocupou em fornecer suporte e em definir um sentido de direção num momento crucial do percurso de dissertação, de modo a garantir a resolução ótima para a concretização do estudo.

Ao Professor Doutor José Manuel Castro, cuja prontidão e disponibilidade em auxiliar no procedimento de recolha de informação permitiu a familiarização com o centro de formação, contribuindo para que o processo fosse eficazmente planeado e concretizado.

Ao Engenheiro Pedro Guimarães, que apresentou total disponibilidade para contribuir no desenvolvimento da investigação e se responsabilizou pela integração no e cooperação do centro de formação, cujo contributo foi absolutamente fundamental. Igualmente, aos participantes do estudo, que prontamente se mostraram recetivos ao estudo e colaboraram sem quaisquer restrições.

Não posso deixar de agradecer às minhas amigas/colegas de mestrado, que foram um apoio fundamental, não apenas durante a concretização da dissertação, mas, principalmente, ao longo destes dois (longos) anos de percurso.

A todos os que permitiram e contribuíram para a concretização desta etapa, muito obrigada!

Resumo

A reestruturação laboral e os choques macroeconómicos contribuíram para a difusão de insegurança subjetiva no mercado de trabalho (O'Reilly et al., 2015), ao abalar a noção de empregabilidade estável. Hoje, o desemprego é uma experiência provável, constituindo uma “vivência traumática, equiparada a uma crise de perda ou luto, com graves repercussões psicológicas, em que o bem-estar dos indivíduos é inegavelmente afetado” (Rodrigues & Rodrigues, 1987 citado por Bento, 2009, p.19), “largamente devido ao papel central do trabalho assalariado na sociedade” (Jahoda, 1982, citado por Strandh et al., 2010, p.800).

O presente estudo teve como objetivo principal a compreensão do impacto psicossocial da experiência de desemprego em determinados aspetos da vida dos indivíduos. Neste sentido, foram analisadas as relações de vários aspetos desta experiência com o nível de saúde mental reportada, assim como com o usufruto percebido de condições positivas que têm sido associadas à situação de desemprego (benefícios latentes e manifesto do emprego).

A amostra aleatória de conveniência compreendeu 97 participantes desempregados e inscritos num centro de formação caracterizado por WBE, com idades entre os 18 e 55 anos. Adotou-se uma metodologia quantitativa, com a aplicação de um questionário – constituído pelas escalas de GHQ-12 e LAMB-scale – como técnica de recolha de dados utilizada.

Na sua maioria, as hipóteses foram confirmadas, nomeadamente na correlação entre as variáveis dependentes analisadas (saúde mental e benefícios do emprego) – com o Contato Social a surgir enquanto fator mais determinante, produzindo, conjuntamente com a Disponibilidade Financeira, uma elevada quantidade de efeitos diferenciais. De salientar ainda a interação significativa entre características individuais e contextuais, e as variáveis dependentes, destacando-se os efeitos diferenciais das Habilitações Académicas, enquanto única variável natural influenciadora da saúde psicológica, e o fator de personalidade incluído (e.g. expectativa). Os presentes resultados estão em linha com os de investigação prévia, demonstrando que os indivíduos jovens, solteiros e com educação superior, e que residem num agregado familiar sem dependentes a seu cargo e outros casos de desemprego, reportam níveis mais elevados de saúde mental e de acesso aos benefícios do emprego. Verificou-se ainda que uma maior experiência de trabalho e antiguidade no mercado laboral parecem constituir uma desvantagem, e que a motivação voluntária para realizar um percurso formativo parece contribuir para um menor impacto negativo da vivência de desemprego.

Palavras-chave: Trabalho, Desemprego, Impacto Psicossocial, Saúde Mental, Benefícios do Emprego, WBE, Formação

Abstract

The restructuration of labour and the macroeconomic shocks contributed to the diffusion of subjective uncertainty in the job market (O'Reilly et al., 2015), by shaking the notion of stable employment. Today, unemployment is a probable experience, establishing a "traumatic experience, equivalent to a crisis of loss or grief, with serious psychological repercussions, in which the well-being of individuals is undeniably affected" (Rodrigues & Rodrigues, 1987 cited by Bento, 2009, p.19), "largely because of the central role of paid work in society" (Jahoda, 1982, cited by Strandh et al., 2010, p.800).

The present study had as main objective the understanding of the psychosocial impact of the unemployment experience in certain aspects of the individuals' life. In this sense, the relationships of several aspects of this experience with the level of mental health reported, as well as with the perceived enjoyment of positive conditions that have been associated with a unemployment situation (latent and manifest benefits of employment) were analyzed. The random convenience sample comprised 97 participants, unemployed and enrolled in a training center characterized by WBE, aged between 18 and 55 years. A quantitative methodology was adopted, with the application of a questionnaire – consisting of the GHQ-12 and LAMB-scale – used as data collection technique.

Mostly, the hypotheses were confirmed, including the correlation between the dependent variables analyzed (mental health and employment benefits) – with the Social Contact emerging as the most determining factor, producing, in combination with the Financial Availability, a high amount of differential effects. Also noteworthy is the significant interaction between individual and contextual characteristics, and the dependent variables, highlighting the differential effects of Academic Qualifications, as the only influencing natural variable of psychological health, and the personality factor included (e.g. expectation). The present results are in line with the previous research, showing that young, single individuals and with higher education, and who reside in a household without dependents at their care and other unemployment cases, report higher levels of mental health and of access to employment benefits. It was also found that a greater work experience and seniority in the labour market seem to be a disadvantage, and that voluntary motivation to execute a training path seems to contribute to a less negative impact of the unemployment experience.

Keywords: Work, Unemployment, Psychosocial Impact, Mental Health, Employment Benefits, Training

Résumé

La restructuration du travail et les chocs macroéconomiques ont contribué à la diffusion d'incertitude subjective sur le marché du travail (O'Reilly et al., 2015), qui peut changer la notion d'emploi stable. Aujourd'hui, la expérience de chômage est probable, ce qui constitue une "expérience traumatisante, assimilée à une crise de perte ou deuil, avec des répercussions psychologiques graves, sur le bien-être des individus est indéniablement affecté" (Rodrigues & Rodrigues, 1987 cité par Bento, 2009, p.19), "en grande partie en raison du rôle central du travail rémunéré dans la société" (Jahoda, 1982, cité par Strandh et al., 2010, p.800).

La présente étude avait pour objectif principal la compréhension de l'impact psychosocial de l'expérience de chômage dans certains aspects de la vie des individus. En ce sens, les relations ont été analysées plusieurs aspects de cette expérience au niveau de la santé mentale signalés, ainsi que la jouissance des conditions positives qui ont été associées à la situation du chômage (latentes et manifestes les avantages de l'emploi).

L'échantillon aléatoire des inconvénients compris 97 chômeurs participants et inscrits dans un centre de formation caractérisé par WBE, âgés entre 18 et 55 ans. Il a adopté une méthode quantitative avec l'application d'un questionnaire – constitué par les échelles GHQ-12 et LAMB-scale – comme technique de collecte de données utilisées.

Pour la plupart, les hypothèses ont été confirmés, notamment la corrélation entre les variables dépendantes analysés (santé mentale et avantages de l'emploi) – avec le Contact Social d'émerger comme le facteur le plus déterminant, en produisant, en conjonction avec la Disponibilité Financière, une grande quantité d'effets différentiels. Il faut aussi souligner l'interaction significative entre les caractéristiques individuelles et contextuelles, et les variables dépendantes, mettant en évidence les effets différentiels des qualifications académiques, comme le seul influenceur naturel variable de facteur psychologique de la santé et le facteur de personnalité inclus (e.g. l'attente). Les présents résultats sont conformes aux recherches antérieures, montrant que les jeunes, les célibataires et de l'enseignement supérieur, et qui habitent dans un ménage sans personne à charge de leurs soins et autres cas de chômage, rapport niveaux plus élevés de la santé mentale et de l'accès aux avantages de l'emploi. Il a tant été constaté que plus d'expérience de travail et de l'ancienneté sur le marché du travail semblent être un désavantage, et que la motivation volontaire pour mener un cours de formation semble contribuer à un moindre impact négatif de l'expérience du chômage.

Mots-clés: Travail, Chômage, Impact Psychosocial, Santé Mentale, Avantages de L'emploi, WBE, Formation

Índice

Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Résumé.....	vii
I. Introdução.....	1
II. Enquadramento Teórico.....	3
2.1. Desemprego Jovem.....	4
2.1.1. Flexibilidade do Mercado de Trabalho.....	6
2.1.2. Importância do Capital Humano.....	8
2.1.3. Movimento de Mobilidade Juvenil.....	12
2.1.4. Legado Familiar.....	14
2.1.5. Iniciativas Políticas.....	17
2.1.6. Impacto Psicossocial.....	19
III. Estudo Empírico.....	21
3.1. Objetivo e hipóteses de investigação.....	21
3.2. Método.....	25
3.2.1. Participantes.....	25
3.1.2. Instrumentos de Recolha de Informação.....	27
3.1.3. Procedimento.....	28
3.1.4. Técnica de Análise de Informação.....	29
IV. Resultados.....	30
V. Discussão.....	37
VI. Conclusões.....	44
6.1. Limitações Metodológicas.....	45
6.2. Pistas para Investigações Futuras.....	46
VII. Referências Bibliográficas.....	48
Anexos.....	51

Índice de Anexos

Anexo A: Consentimento Informado

Anexo B: Escala de Benefícios Latentes e Manifestos do Emprego

Anexo C: Questionário de Saúde Geral

Anexo D: Questionário Sociodemográfico

Índice de Abreviaturas e Siglas

CE – Comissão Europeia

CETE – Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa

CUE – Conselho da União Europeia

GHQ – *General Health Questionnaire*

GHQ-12 – *General Health Questionnaire*, de 12 itens

GJ – Garantia Jovem

LAMB-scale – *Latent And Manifest Benefits of Employment*

Modatex – Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios

NEET – *Neither in Employment, nor in Education or Training*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PEJ – Pacote de Emprego Jovem

PIB – Produto Interno Bruto

PMLA – Políticas de Mercado Laboral Ativo

QP – Quatenaire Portugal

STWT – *School-To-Work-Transition*

TDJ – Taxas de Desemprego Jovem

UE – União Europeia

WBE – *Vocational or Work-Based Educational programming*

Índice de Tabelas

Tabela 1: Correlações entre diversas variáveis.....	30
Tabela 2: Médias (desvios-padrão) da variável Saúde Mental, em função da variável dos respondentes, seguidas do teste de diferenças entre médias.....	31
Tabela 3: Médias (desvios-padrão) da variável Estruturação Temporal, em função da variável dos respondentes, seguidas do teste de diferenças entre médias.....	32
Tabela 4: Médias (desvios-padrão) da variável Contato Social, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias.....	32
Tabela 5: Médias (desvios-padrão) da variável Propósito Coletivo, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias.....	33
Tabela 6: Médias (desvios-padrão) da variável Estatuto, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias.....	34
Tabela 7: Médias (desvios-padrão) da variável Disponibilidade Financeira, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias.....	36

I. Introdução

O desenvolvimento da atividade de trabalho é inerente ao desenvolvimento da humanidade, no sentido em que a evolução da sociedade humana se fundamenta necessariamente na evolução dos pressupostos do trabalho, e vice-versa, não sendo possível desassociar estes construtos: a natureza e as características do trabalho são definidas através dum processo de produção social e de construção histórica, temporal e espacial (Biliard, 1993 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). Atualmente, a definição da sociedade com base nas dinâmicas sociais do trabalho – através dos seus processos de organização e coesão social – (Parada & Coimbra, 1999, 2000) conferem ao organismo demarcado por este uma capacidade crucial de caracterização, não apenas do contexto no qual o indivíduo se desenvolve, como do papel do indivíduo nesse mesmo contexto. Segundo Jahoda (1984), o trabalho assalariado é a única instituição competente no sentido de satisfazer as necessidades profundas dos indivíduos, nomeadamente de “estruturarem o seu uso e perspetiva de tempo, ampliarem o seu horizonte social, participarem em empresas coletivas onde se podem sentir úteis, saberem que têm um sítio reconhecido na sociedade, e serem ativos” (p.298 citado por Creed & Macintyre, 2001), e a incapacidade de garantir uma empregabilidade estável impede a sua satisfação última. É com base neste modelo (Jahoda, 1981, 1982) e no modelo de Fryer (1986) que este estudo investiga o impacto psicossocial do desemprego, ao explorar o seu efeito a nível da saúde psicológica e do acesso aos benefícios do emprego, atendendo às características individuais e contextuais dos participantes.

No que diz respeito à investigação empírica anterior, a consideração das consequências psicológicas do insucesso do percurso de transição para a vida laboral iniciou o seu desenvolvimento no decorrer dos anos 80 (Warr, Banks, & Ullah, 1985 citado por DeLuca, Godden, Hutchinson, & Versnel, 2015), com a associação entre a experiência de desemprego e uma maior probabilidade de presença de consequências psicológicas negativas (Patterson, 1997; Murphy & Athanasou, 1999; Strandh, 2000; Clark, 2003; Dockery, 2005 citados por Strandh, Novo, & Hammarström, 2010): nomeadamente, *distress* psicológico (Henwood & Miles, 1987; Waters & Moore, 2002), depressão (Feather & O’Brien, 1986; Waters & Moore, 2001), e baixa autoestima (Muller, Hicks & Winoeur, 1993) (Creed & Macintyre, 2001; Creed & Watson, 2003). Esta interação surge, porém, dependente do contexto de vida e de características individuais (Hammarström, Janlert, & Theorell, 1988; Nordenmark & Strandh, 1999; Shields & Weatley, 2004; Andersen, 2009 citados por Strandh et al, 2010),

como por exemplo – de acordo com Booker e Sacker (2011) – a renda da casa, o estado civil, a faixa etária, a taxa de desemprego, e o gênero.

Atendendo à reestruturação do mercado de trabalho atual, é necessário ter em consideração a relevância gradual da concretização de transições entre o ensino e o emprego, por parte da população jovem, designadas por “*slow-track transitions*”: ou seja, processos de transição entre domínios que se caracterizam pela “participação a longo-termo em mais e melhor educação” (Jones, 2002 citado por MacDonald, 2011, p.430). É com base nesta consideração, que o estudo realizado concentra o seu processo de recolha de informação num centro de formação, definido, especificamente, enquanto contexto de WBE – i.e., “*vocational or work-based educational programming*” (DeLuca et al., 2015, p.183) – sendo que este contexto formativo tem sido apontado como capaz de providenciar o desenvolvimento e ênfase da agência individual, da autodeterminação e das competências de auto-advocacia (*self-advocacy*) da população jovem em risco (DeLuca et al., 2015).

No entanto, é de notar que, não obstante o contexto de análise em questão, a amostra foi constituída por indivíduos de várias faixas etárias. Tendo em consideração os efeitos diferenciais descritos por Creed e Watson (2003), os resultados relativamente ao impacto desta característica (faixa etária) não são consensuais: determinados estudos demonstraram níveis mais baixos de saúde mental na população adulta desempregada, em contraste com a população jovem na mesma situação (Broomhall & Winefield, 1990), enquanto outros investigadores destacaram uma maior consequência psicológica na faixa etária jovem (Warr & Jackson, 1984); no que diz respeito ao acesso aos benefícios do emprego, os resultados também variam (Rowley & Feather, 1987).

No sentido de explorar e compreender os efeitos diferenciais de determinados fatores individuais e contextuais da população desempregada, este estudo encontra-se estruturado em três etapas principais. Numa primeira parte, é definido o trabalho e o seu papel na sociedade atual, com o enfoque na atual reestruturação do mercado laboral e nas suas consequências, e partindo para a importância e relevância do desemprego na população geral e, objetivamente, na população jovem. Num segundo momento, é apresentada a fase empírica do estudo, com a exposição do objetivo e hipóteses de investigação, da metodologia de recolha de informação utilizada, – através da definição do universo amostral e do procedimento realizado - dos resultados obtidos, e da respetiva discussão. Numa última etapa, são apresentadas as conclusões referentes à investigação concretizada, tal como a bibliografia consultada para o seu desenvolvimento.

II. Enquadramento Teórico

O papel e definição do conceito de trabalho tem assumido diversos significados e funções a nível individual e a nível global, por parte da sociedade (Billiard, 1993 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). Segundo Parada e Coimbra (1999, 2000), a emergência da industrialização originou transformação neste construto, determinando-o como grandeza quantificável que objetiva a obtenção duma renumeração (i.e., “trabalho assalariado”) (Gorz, 1988; Santos, 1998), não passando, hoje – segundo Gorz (1988) – “de uma invenção da modernidade” (p.25, Parada & Coimbra, 1999, 2000), mas a evolução de “modo de vida” a “meio de vida” tem consequências no objeto, no sentido, nos valores e nas relações do trabalho, pois este, e aqueles que o definem, passam a ser perspetivados como incautos de qualidade humana (Parada & Coimbra, 1999, 2000). O processo de desumanização é, ainda, influenciado pelo consumismo¹ e pela necessidade de tornar o mercado de trabalho mais flexível (Simonazzi & Villa, 1999 citado por O’Reilly, Eichhorst, Gábos, Hadjivassiliou, Lain, Leschke, McGuinness, Kureková, Nazio, Ortlieb, Russell, & Villa, 2015).

Atendendo a esta evolução, a sociedade é agora determinada por normas e princípios duma economia em fluxo (Super, 1988 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000) e por uma flutuação constante, relativamente às características do mercado laboral, atualmente segmentadas (Eichhorst et al., 2014 citado por O’Reilly et al., 2015). Como consequência direta, segundo Parada e Coimbra (1999, 2000), surge o aumento substancial de fenómenos como desemprego, formas precárias ou atípicas de trabalho, e aplicação de reformas antecipadas, não olvidando o papel impactante da desregulação das condições de acesso e permanência laboral na retardação do acesso da população jovem ao mercado laboral. Igualmente, salientam-se as repercussões últimas desta nova sociedade: um desemprego definido enquanto “experiência angustiante e desafio tremendo para o indivíduo” (Schliebner & Peregoy, 1994, p.368), cujas consequências se revêm num ambiente de conflito, risco (Parada & Coimbra, 1999, 2000), e insegurança (Boeri, 2011; Eamets, Philips, Alloja, & Krillo, 2008; Heyes, 2011, citados por O’Reilly et al., 2015), ao elevar a sociedade – segundo Parada e Coimbra (1999, 2000) – de “pleno emprego” a “um estatuto de mito” (p.47), devido a um mercado laboral caracterizado por uma lógica de crise, com necessidade

¹ Contexto central de socialização, com o salário enquanto base reguladora do sistema, alimentado pela valorização da renumeração e caracterizado por uma filosofia de vida defensora da atitude instrumental face ao trabalho (Beck, 1992 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000).

de regulação entre os diversos componentes do trabalho (viz., a oferta e a procura, o emprego e a formação, e a qualificação e as necessidades reais (Lebaude, 1996).

Esta evolução social origina a necessidade duma lógica de mutação na sociedade moderna (Coimbra, 1996; Ferry, 1994; Lebaude, 1996; Sainsauleau, 1998 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000), com enfoque em iniciativas políticas de *flexicurity*², fundamentais na estratégia Europa 2020 (Comissão Europeia [CE], 2010a citado por O'Reilly et al., 2015). Assim, a ação de construção e destruição de emprego evolve, constituindo um processo de transformação dos sentidos e significados laborais (Parada & Coimbra, 1999, 2000), tendo presente a noção de que “o desenvolvimento ou evolução profissional se desenrola num estado de permanente questionamento, ou no seio duma instabilidade qualificável do omnipresente” (Riverin-Simard, 1996, p.481 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). Deste modo, Parada e Coimbra (1999, 2000) salientam a transposição do papel central do aspeto económico do trabalho para o domínio social e cultural, sendo perspetivada e integrada enquanto somente uma outra função (Richardson, 1993) que possibilita o acesso a uma autonomia promotora de novas exigências, face ao e no trabalho (Coimbra, 1996).

2.1. Desemprego Jovem

Atualmente, a população jovem – composta por indivíduos integrantes da faixa etária entre os 15 e os 24 anos de idade – caracteriza-se pela dificuldade na delineação e construção de projetos de vida (Parada & Coimbra, 1999, 2000), principalmente associada à incerteza relativa à integração no mercado laboral. Segundo Parada e Coimbra (1999, 2000), as alterações económicas e culturais tendem a refletir-se nas próprias exigências que os indivíduos vivenciam, ao se confrontarem com o clima de incerteza futura (Gelpe, 1997), exigindo a constante reflexão no que diz respeito ao planeamento e concretização dos seus objetivos, tal como uma permanente capacidade adaptativa às condições de flutuação (Savickas, 1997). O processo de transição para a independência e adultez consiste, deste modo, num processo atribulado e demorado (O'Reilly et al., 2015), agravado, ainda, pela insegurança sentida relativamente aos vários fatores do mercado laboral, como o período de duração das oportunidades de empregabilidade e a incerteza da sua compatibilidade com a área de formação (Azevedo, 1999 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). Como consequência direta, segundo O'Reilly e colaboradores (2015), esta insegurança, não apenas

² i.e., medidas que contemplam a flexibilidade do mercado de trabalho atual e a necessidade de segurança intrínseca ao processo de empregabilidade e de renumeração que advém deste (Wilthagen & Tros, 2004 citado por O'Reilly et al., 2015).

inibe a construção de compromissos a longo prazo, como origina uma insegurança subjetiva (Chung et al., 2012), influenciada por fatores individuais e ocupacionais, – como o género, idade, encargos familiares, a ocupação, ou o tamanho da organização (Clark & Postel-Vinay, 2009) – assim como por fatores económicos globais (e.g. taxas de desemprego) (Green, 2009). Ainda, de acordo com os mesmos autores, este construto correlaciona-se (Burchell, 2002; de Witte & Naswall, 2003) com o contrato laboral do indivíduo (Erlinghagen, 2008), sendo mediado por fatores institucionais, – e, portanto, passível de sofrer alterações a nível de intensidade – tendo em consideração a situação específica a cada país (Paugam & Zhou, 2007): porém, esta relação não é consensual entre investigadores (Chung & van Oorschot, 2011; Erlinghagen, 2008). Ainda, o desenvolvimento de contextos definidos – segundo O’Reilly e colaboradores (2015) – pela expansão de educação terciária³, pelo aumento de trabalho a tempo parcial nos mercados laborais estudantis (Purcell, 2010), e pela tendência gradual de jovens diplomados ultimarem em situação de desemprego ou de emprego atípico, originam uma atribulação e diversificação determinante no processo de transição educação-emprego (Knijn, 2012), ilustrando as experiências duma juventude pobremente integrada.

No que diz respeito à definição de desemprego jovem enquanto conceito, e adotando a definições de Quintini e Manfredi (2009), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2010) reconhece dois grupos distintos, cuja compreensão e distinção possibilita considerar a diversidade que caracteriza a população jovem atual, na procura de emprego (Crul, Schneider, & Leli, 2012; Furlong, 2006; Roberts & MacDonald, 2013; Trades Union Congress, 2012 citados por O’Reilly et al., 2015): 1) os “novos entrantes pobremente integrados”⁴, que, independentemente das suas qualificações, experienciam dificuldades persistentes no acesso à empregabilidade estável, tendo como alternativa inevitável a execução de trabalhos precários, intercalada com curtos períodos de desemprego ou de inatividade económica (O’Reilly et al., 2015). Representa, segundo Scarpetta, Sonnet e Manfredi (2010), cerca de 20% a 30% da população jovem residente nos países da OCDE, sendo particularmente dominante na região sul do continente europeu (O’Reilly et al., 2015); e 2) a “juventude deixada para trás”⁵, que exhibe inúmeras desvantagens no que diz respeito ao processo de transição, uma vez que se define pela

³ Ou de terceiro nível, i.e. – segundo o Quadro Nacional de Qualificações – “ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos a nível superior” (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, 2009).

⁴ No original: *poorly-integrated new entrants*.

⁵ No original: *youth left behind*.

elevada probabilidade de obter baixos níveis de qualificação, de ser proveniente dum ambiente imigrante ou migratório, e/ou de residir em zonas desfavoráveis, rurais ou remotas (Eurofound, 2012b citado por O'Reilly et al., 2015).

2.1.1. *Flexibilidade do Mercado de Trabalho*

O desemprego jovem atual é, então, caracterizado pela supremacia de trabalho temporário e em tempo parcial (CE, 2014a citado por O'Reilly et al., 2015), com base numa empregabilidade definida pela oferta de contratos a tempo certo e de curta durabilidade, níveis inferiores de qualificação, e predominante em determinados setores, como do comércio e dos serviços (Moncel & Rose, 1995 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). De acordo com a Eurofound (2014b), 42% dos jovens exerce com contrato temporário, comparativamente aos 10% pertencentes ao grupo etário superior (entre os 25 e os 64 anos de idade) (O'Reilly et al., 2015). Esta discrepância vem contrariar a noção de que a flexibilidade do mercado laboral constitui medida de solução suficiente para reverter o problema da criação de emprego (Freeman, 2005; Kahn, 2010; Solow, 1998 citado por O'Reilly et al., 2015), que se apoia na visão de contratos temporários como ponto de partida para a entrada de novos trabalhadores numa posterior empregabilidade estável (e.g. Cockx & Picchino, 2009; Scarpetta et al., 2010 citados por Choudhry, Marelli, & Signorelli, 2012). Todavia, O'Reilly e colaboradores (2015) destacam a tendência de ação maioritária nestes casos: aproveitamento destes contratos como alternativa menos dispendiosa à oferta de trabalho permanente (Guell & Petrolongo, 2007; Kahn, 2010), reforçada pelo fornecimento de remunerações reduzidas, a menor oferta de oportunidades de formação *on-the-job*⁶, e a falha na assistência relativa a benefícios de desemprego, representando alternativas de solução menos satisfatórias, paralelamente a contratos regulares (Eurofound, 2014b). Ainda, Chung, Bekker e Houwing (2012) salientam as pobres taxas de transição do estatuto de trabalho temporário para emprego permanente, que se tendem a agravar e a produzir um efeito grupal: o aumento da probabilidade de gerações mais novas virem a enfrentar mais riscos, particularmente no que diz respeito ao mercado laboral, quando contrastado com gerações anteriores (Van Lancker, 2012 citado por O'Reilly et al., 2015).

Sabe-se, igualmente, que o desemprego jovem origina consequências marcantes, – que se estendem a longo prazo e se assumem responsáveis pelo desenvolvimento dum legado de prejuízo relativo ao nível de ganhos vitalícios, ao risco de desemprego futuro, e à prevalência

⁶ Formações concretizadas no local de trabalho, pelas quais a organização empregadora é responsável.

de emprego precário – culminando em níveis reduzidos de saúde e bem-estar, determinados por uma insatisfação com o trabalho que se pode prolongar até 20 anos de duração (Bell & Blanchflower, 2011 citado por O'Reilly et al., 2015). Estes fatores assumem maior importância se for tida em consideração a previsão de St Aubyn (1997), de que os jovens deverão enfrentar a situação de desemprego mais frequentemente do que os restantes grupos etários que atualmente integram o mercado laboral (Parada & Coimbra, 1999, 2000), sendo que, em Portugal, este fenómeno tende a durar entre seis e sete meses (Quatenaire Portugal [QP] & Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa [CETE], 1996 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). Neste sentido, Scarpetta e colaboradores (2010) destacam o risco desta sociedade evoluir e resistir enquanto “geração perdida”, sendo inadiável adotar políticas laborais ativas e implementar instituições de “*school-to-work-transition*” (STWT), que direcionam os jovens numa elaboração viável da futura trajetória profissional, aumentando a probabilidade de empregabilidade efetiva e minimizando o risco de sofrer consequências negativas alusivas às expectativas laborais (Choudhry et al., 2012).

Do mesmo modo, de acordo com Choudhry e colaboradores (2012), a nível mundial, as Taxas de Desemprego Jovem (TDJ)⁷ tendem a atingir valores mais elevados que o dobro das referentes a sujeitos adultos (ver Quintini et al., 2007; Perugini & Signorelli, 2010a, b; Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2010b), sendo que o desemprego jovem sofreu um crescimento exponencial após a recente crise económica mundial (ver OIT, 2010a, b; Arpaia & Curci, 2010), e, na última década, não se observou melhoria na posição da população jovem europeia. O desemprego jovem parece, assim, ostentar uma suscetibilidade superior a choques macroeconómicos (Jimeno & Rodriguez-Palenzuela, 2003 citado por Choudhry et al., 2012) – determinada pela maior sensibilidade das TDJ relativamente ao ciclo de negócios, quando comparativamente com as dos adultos (OCDE, 2008 citado por Choudhry et al., 2012) – sendo que, de acordo com Scarpetta e colaboradores (2010) e em conformidade com análises prévias, o impacto deste exacerba determinados constrangimentos decisivos na concretização da transição educação-emprego (Choudhry et al., 2012). Este panorama remete, deste modo, para o desemprego (particularmente ao desemprego jovem) enquanto fenómeno estrutural, ao invés do construto conjuntural no qual recaía a sua definição, uma vez que a sua experiência evoluiu no sentido da tendência global (Cascino & Le Blanc, 1993 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). De acordo com esta

⁷ Taxas que compreendem todos os jovens sem trabalho, disponíveis para trabalhar e em procura ativa de trabalho (Choudhry et al., 2012).

lógica de pensamento, o fenómeno de desemprego passa a constituir um estado normativo no desenvolvimento pessoal e vocacional do indivíduo, contrariamente a uma consequência unicamente fundamentada pelo período (expansivo ou recessivo) do ciclo de atividade produtiva (Cascino & Le Blanc, 1993 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000).

Segundo Choudhry e colaboradores (2012), a dimensão e persistência da crise depende de fatores vários – grau de contração económica, composição setorial da empregabilidade (prévia à crise) (Verick, 2009), estrutura económica e institucional, e resposta dos legisladores – sendo de notar o seu impacto universal na participação da força de trabalho e na taxa de desemprego geral, que tende a perdurar até aos cinco anos após o momento da crise. Porém, estes autores focam a necessidade de considerar efeitos de impacto distintos, uma vez que este não se propaga igualmente nos componentes e intervenientes do mercado laboral, sofrendo alternâncias, não apenas consoante os países (viz. mais significativo e robusto nos de rendimento alto), como consoante os segmentos do mercado: alguns estudos (e.g. OIT, 2010a, b) revelam maior exposição da população jovem, dos trabalhadores de idade mais avançada, do género feminino, e da generalidade da empregabilidade vulnerável.

2.1.2. *Importância do Capital Humano*

Este fenómeno pode tomar proporções mais alarmantes se for tido em consideração o “efeito de trabalhador desencorajado” (p.78), – que apresenta maior incidência nos jovens – circunstância fulcral no momento de confronto com a opção de prosseguir a educação (mais predominante no género feminino), ou de permanecer na residência familiar, como evitamento em direcionar esforços para a procura de trabalho, aquando a dificuldade em garantir empregabilidade (Choudhry et al., 2012). A última opção ocasiona uma situação onde os sujeitos não se encontram, nem empregados, nem a frequentar um percurso de educação ou formação⁸ (Choudhry et al., 2012), sendo que, a nível nacional, o período de tempo que compreende a conclusão da formação e a entrada no mercado laboral sofreu um prolongamento, a par da complexificação do acesso e transição profissional (Rose, 1997 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000), fatores que promulgam a ocorrência e durabilidade destas situações. Este fator, porém, apenas faz sentido referir quando esta formação existe, – contrariando a média anual de abandono escolar sem obtenção prévia de qualquer tipo de qualificação formal⁹, que consistia em cerca de 100 mil alunos (QP &

⁸ No original: *neither in employment, nor in education or training* (NEET).

⁹ i.e. finalizar a educação básica ou adquirir certificação profissional (QP & CETE, 1996 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000).

CETE, 1996 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000) – e, apesar de não ser decisivo, pode servir enquanto sistema protetor aquando o confronto com as consequências duma crise, uma vez que estas apresentam impacto mais dramático em indivíduos com menor qualificação e tendem a aumentar o risco de inatividade prolongada, que resulta, em última instância, na exclusão social (Choudhry et al., 2012): este raciocínio baseia-se na maior intensidade do efeito do desemprego em jovens desfavorecidos, apesar de este depender das condições do mercado laboral (e.g. Bell & Blanchflower, 2009 citado por Choudhry et al., 2012). Igualmente, Choudhry e colaboradores (2012) veem o menor nível de capital humano¹⁰ da população jovem como principal motivo explicativo do seu desempenho inferior no mercado laboral, quando em contraste com classes etárias mais velhas, devido à sua maior probabilidade de exposição a uma situação prolongada de desemprego, e, conseqüentemente, a empregos instáveis e de qualidade reduzida (OCDE, 2005). Todavia, é necessário notar que, apesar da centralidade fornecida ao nível educacional do indivíduo, este fator constitui apenas a variável de medição mais imediata do conceito de capital humano, sendo que a população jovem não tem ainda acesso aos restantes componentes que o constituem, i.e. “a experiência laboral genérica e a específica ao trabalho” (Choudhry et al., 2012, p.79): esta questão é teórica e empiricamente corroborada por Carmeci e Mauro (2003), que demonstraram a necessidade da aquisição de conhecimento laboral específico, desenvolvida através da execução de atividades laborais, como garantia de proliferação do capital humano “escolar” previamente adquirido (Choudhry et al., 2012). No contexto europeu, este desfasamento experimental¹¹ surge como central na compreensão do desequilíbrio das taxas de desemprego (Caroleo e Pastore, 2007 citado por Choudhry et al., 2012), e enquanto uma das possíveis causas do aumento do desemprego jovem e da empregabilidade de baixa qualidade¹² (Choudhry et al., 2012). Porém, contrariamente ao esperado, não há conhecimento de uma associação direta entre situações de *under-education*¹³ e *under-skilling*¹⁴ e impacto negativo na vida dos sujeitos (O’Reilly et al., 2015).

¹⁰ Valor económico potencial relativamente à capacidade produtiva mais elevada que um indivíduo pode apresentar, tendo em consideração os seus conhecimentos adquiridos nos diferentes contextos de aprendizagem, nomeadamente, na escola e universidade, e a nível informal através da experiência laboral (Choudhry et al., 2012).

¹¹ No original, compreende as condições de *under-education* e *under-skilling* (O’Reilly et al., 2015).

¹² Caracterizada por remunerações reduzidas aquando a entrada, trabalhos de qualidade diminuta, e divulgação de contratos atípicos e instáveis (Choudhry et al., 2012).

¹³ Caracteriza-se por casos de discordância nos quais os níveis de educação do indivíduo se revelam insuficientes, tendo em consideração as exigências apresentadas pelo emprego corrente (O’Reilly et al., 2015).

¹⁴ Caracteriza-se por casos de discordância nos quais os níveis de competência do indivíduo se revelam insuficientes, tendo em consideração as exigências apresentadas pelo emprego corrente (O’Reilly et al., 2015).

Igualmente, o desfasamento do trabalhador¹⁵ compreende situações caracterizadas pela incompatibilidade entre o nível de capital humano do indivíduo e os requerimentos deste por parte da entidade empregadora (i.e., “existe um desequilíbrio entre oferta laboral e procura laboral” (p.4)) (O’Reilly et al., 2015). Contudo, contrariamente ao desfasamento experimental, e de acordo com a literatura, o conceito de *over-education* tende a ser o fator de medida nestas situações (Quintini, 2011), pois pressupõe um excesso de qualificações por parte do trabalhador, perante as requeridas no âmbito profissional vigente, correspondendo a uma “sobre-educação” (O’Reilly et al., 2015). No entanto, esta definição não é universal, enfrentando a crítica de investigadores (Mavromaras, McGuinness, & Fok, 2009; McGuinness & Wooden, 2009 citados por O’Reilly et al., 2015), devido ao facto de desconsiderar as competências adquiridas e desenvolvidas durante a experiência no local de trabalho, subestimando o capital humano total do indivíduo (O’Reilly et al., 2015). Segundo O’Reilly e colaboradores (2015), estudos mais recentes destacam o conceito de *over-skilling* enquanto medição do desfasamento – como solução desta discordância – uma vez que considera mais precisamente o desequilíbrio definidor deste fenómeno (Allen & van der Velden, 2001; Green & McIntosh, 2007; Mavromaras et al., 2009), ao exigir que o trabalhador seja diretamente confrontado com a totalidade de conhecimentos e competências adquiridas, e o nível de capital humano que lhe é, de facto, requerido profissionalmente, abrangendo ambas tipologias de conhecimento¹⁶ e “o verdadeiro conteúdo do trabalho” (p.5).

De modo global, é de notar a suscetibilidade do género feminino na incidência deste fenómeno, sendo que pode ser justificado por uma maior restrição geográfica que as mulheres podem sofrer (principalmente se já tiverem contraído matrimónio) aquando o processo de procura de emprego, que pode originar a exposição a constantes situações de desfasamento, ou, em última instância, de desemprego (Frank, 1978 citado por O’Reilly et al., 2015). Igualmente, em Portugal, as taxas de atividade revelaram o género feminino como o segmento mais afetado pela escassez de emprego – representando mais de metade do conjunto de desempregados – e as taxas de desemprego deste subgrupo como as mais estáveis, apesar de evoluírem igualmente às taxas de desemprego do género masculino, em períodos de recessão (QP & CETE, 1996 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000).

Não descurando as diferenças conceituais, O’Reilly e colaboradores (2015) salientam a associação de *over-education* e *over-skilling* “a penalidades substanciais no ordenado”

¹⁵ No original, compreende a condição de *over-education* (O’Reilly et al., 2015).

¹⁶ Conhecimento formal e conhecimento informal (O’Reilly et al., 2015).

(p.5) – mais predominantes no caso de *over-education* (McGuinness & Sloane, 2011) – “e a menores níveis de satisfação com o trabalho” (p.5), – dominantes no caso de *over-skilling* (McGuinness & Sloane, 2011) – assim como a reduzidas taxas de progressão na carreira, contribuindo, ultimamente, para consequências a longo prazo: a ação destas consequências pode abranger a saúde do indivíduo, uma vez que o desfaseamento se associa diretamente ao risco de declínio cognitivo (de Grip, Bosma, Willems, & van Boxtel, 2008). No que diz respeito ao contexto português, evidencia-se um desfaseamento trabalhador-emprego significativo, principalmente se nos confrontamos com a incompreensão dos empregadores relativamente ao modo de funcionamento e ao modelo de qualificações produzidas pelo sistema educativo em vigor (Azevedo, 1999 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). É, ainda, sabido que o declínio do trabalho motiva a redução de oportunidades de progressão laboral para a generalidade da população, sendo uma principal preocupação dos sistemas educativos a necessidade de apresentar uma população jovem “pronta para o trabalho”¹⁷, que corresponda às expectativas impostas pelos empregadores (O’Reilly et al., 2015). Segundo O’Reilly e colaboradores (2015), o intuito de garantir uma transição educação-emprego bem-sucedida para a população jovem é incluído num vasto conjunto de iniciativas políticas, que objetivam aperfeiçoar a adequação do trabalho e da informação, a par de medidas ativas de intermediários do mercado laboral (e.g. agências de recrutamento ou de emprego temporário) (Coe, Jones, & Ward, 2010; OCDE, 2014): a obtenção de competências de empregabilidade potencia, assim, a expansão de oportunidades de estágio (Lain et al., 2014), que representam grande porção do problema da empregabilidade instável atual, pois tendem a não assegurar a oferta de renumeração ou a assegurar renumeração bastante reduzida.

Estes autores focam, ainda, os fatores de desfaseamento na população jovem, sobre os quais os estudos são escassos, mas a literatura tende a destacar a importância do risco duma entrada desfasada no mercado laboral, que origina a consequente permanência de jovens com qualificação superior em empregos de nível inferior (i.e., desfaseamento do trabalhador) (Dolton & Siles, 2003; McGuinness & Sloan, 2011): ou seja, a ocorrência desta incompatibilidade num primeiro contacto profissional determina situações futuras de desfaseamento, ao longo da vida do indivíduo (Cedefop, 2010). Porém, apesar do registo e análise deste fenómeno a nível mundial, e da compreensão dos seus efeitos, o conhecimento relativamente aos seus possíveis fatores preditores é bastante reduzido, não tendo sido

¹⁷ No original: *job-ready*.

apurado o papel de responsabilidade e a relevância das recentes recessões económicas europeias no progresso do fenómeno no mercado de trabalho juvenil (O'Reilly et al., 2015).

2.1.3. *Movimento de Mobilidade Juvenil*

A principal consequência global das mudanças estruturais do mercado laboral e da evolução dos fenómenos de desfasamento evidencia-se no desenvolvimento de padrões de mobilidade juvenil (O'Reilly et al., 2015) no âmbito profissional, que abrange todos os “setores mais jovens da população” (Parada & Coimbra, 1999, 2000, p.51), independentemente do seu nível de qualificação (O'Reilly et al., 2015). Aliás, nestes casos, a obtenção de qualificação elevada não surge como preditor de melhores oportunidades de empregabilidade, sendo que – segundo Johnston, Khattab e Manley (2014), e Voitchovsky (2014) – a maioria de jovens migrantes com elevada qualificação tende a confrontar-se com desfasamento do trabalhador (O'Reilly et al., 2015). Porém, o fenómeno de *brain overflow*¹⁸ sofreu um aumento significativo, com a necessidade dos jovens de ampliar a procura de emprego além-fronteira para evitar sofrer o desfasamento inevitável (O'Reilly et al., 2015).

Todavia, o aumento da mobilidade juvenil pode também ser justificado por condições económicas desfavoráveis aos mercados de trabalho locais, cujo perpetuamento obriga a tomada de decisão de abandonar o local de origem (Galgoczi, Leschke, & Watt, 2012; Kaczmarczyk & Okolski, 2008; Kahanec & Fabo, 2013; Kahanec & Mytna Kurekova, no prelo; Kurekova, 2011b, 2013; OCDE, 2012a citados por O'Reilly et al., 2015) na esperança de alcançar empregabilidade estável em mercados laborais com melhor desempenho. Deste modo, a recente crise mundial pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento da população jovem, ao proporcionar uma distribuição mais equilibrada do movimento migratório intra-União Europeia (UE), e ao contribuir para o progresso a nível macro na redução das taxas de desemprego e no aumento de oportunidades e experiências disponibilizadas aos jovens europeus (Galgoczi, Leschke, & Watt, 2009; OCDE, 2012b citados por O'Reilly et al., 2015). Porém, de acordo com O'Reilly e colaboradores (2015), a plenitude destas vantagens pode implicar, por sua vez, a expansão de fatores inerentes a uma empregabilidade jovem instável¹⁹ (Eurostat, 2014; Kahanec & Zimmermann, 2015),

¹⁸ Caracteriza-se por grupos de jovens beneficiários da expansão e do acesso à educação terciária e superior, que não conseguem encontrar correspondência entre as suas qualificações e a estrutura da procura laboral dos seus próprios países (Galgoczi et al., 2012; Kaczmarczyk & Okolski, 2008; Kahanec & Fabo, 2013; Kahanec & Kurekova, no prelo; Kurekova, 2011b, 2013; OCDE, 2012a citados por O'Reilly et al., 2015).

¹⁹ Caracterizada pela oferta de contratos a termo reduzido e de trabalhos inferiormente desfasados das qualificações elevadas que a população jovem apresenta (Eurostat, 2014; Kahanec & Zimmermann, 2015 citados por O'Reilly et al., 2015).

resultando num mercado de trabalho mundial incapaz de garantir soluções viáveis de emprego: ou seja, este desenvolvimento a nível macro tende a surgir através duma ampliação de modelos inexequíveis de empregabilidade frágil, – dos quais o movimento migratório jovem procura uma solução – contrariamente à expetável e necessária remodelação do mercado laboral, com base nos modelos de oportunidade desejados e reportados nos locais de destino. De notar, novamente, que o fundamento para este desfecho foca a inabilidade dos empregadores em reconhecer adequadamente o nível de conhecimentos e competências (Eurostat, 2014; Kahanec & Zimmermann, 2015 citados por O'Reilly et al., 2015). Porém, é de notar, ainda, que o desenvolvimento e expansão do movimento de mobilidade laboral juvenil depende de dimensões do indivíduo, como o “capital humano, financeiro e social dos migrantes durante a sua experiência migratória” (O'Reilly et al., 2015, p.6).

Segundo Parada e Coimbra (1999, 2000), a experiência de mobilidade profissional influencia o desenvolvimento e definição da relação formação-emprego (Balsan, Hanchane & Werquin, 1997; Rose, 1997): o modo como a população jovem atual assume estas experiências surge como caracterizador do seu processo de acesso à empregabilidade, ao constituir um fenómeno facilitador da compreensão, e eventual antecipação, da sua integração profissional (Balsan, Hanchane & Werquin, 1997; Rose, 1997). Salienta-se, ainda, as poucas vantagens que o movimento de mobilidade juvenil parece apresentar, principalmente em situações definidas pelo retorno dos jovens aos locais de origem, após incapacidade de asseverar empregabilidade estável durante o processo migratório, independentemente das árduas circunstâncias económicas que estes possam ainda sustentar (Barcevičius, Iglicka, Repečkaitė, & Žvalionytė, 2012; Radu & Martin, 2010 citados por O'Reilly et al., 2015). Do mesmo modo, a garantia de empregabilidade estável externa através deste movimento, pode apresentar benefícios que têm limite de curto prazo, – de acordo com Zuccotti (2014) – devido ao impacto dos fatores parentais de penalidade étnica no sucesso educativo e profissional (viz., na obtenção de qualificações, competências e notoriedade profissional) da segunda geração juvenil²⁰ (O'Reilly et al., 2015). Tal impacto pode ser preponderante, se se considerar o aumento exponencial da proporção de jovens cujos pais já nasceram no estrangeiro (i.e., primeira geração), que atualmente corresponde ao dobro da relativa à última década (OCDE, 2014 citado por O'Reilly et al., 2015).

²⁰ i.e., população jovem já com ascendência oriunda da região estrangeira (O'Reilly et al., 2015).

2.1.4. Legado Familiar

De acordo com Martin (2012), a evolução do fenómeno de desemprego atual e do mercado laboral em que se insere é definida pelo crescimento preponderante do desemprego a longo-prazo e pelo seu impacto progressivo em demarcadas categorias da população jovem, sendo que este impacto tende a ser mais relevante em jovens cujos pais já haviam passado pela experiência de desemprego em períodos de recessão económica prévios, originando um efeito hereditário caracterizado pela perpetuação e agravamento duma desvantagem geracional (O'Reilly et al., 2015). De acordo com o mesmo autor, este efeito advém de fatores previamente mencionados (viz., mudanças demográficas, expansão da qualificação e ajuste económico estrutural da década de 70 e 80), possibilitando a estimação de dois modos de vivência da situação de desemprego, por parte da população jovem: 1) exposição de fricção²¹, i.e., ocorrência de desemprego sem predeterminação influenciada pela presença de desvantagem geracional; e 2) exposição a longo-termo, i.e., ocorrência com possível justificação num legado geracional associado ao desemprego (O'Reilly et al., 2015).

Por outro lado, Warmuth, Kittel, Steiber e Muhlbock (2014) focam a transmissão de recursos e capital cultural por parte das figuras parentais como determinante na construção de oportunidades por parte da geração futura (O'Reilly et al., 2015). Esta perspetiva complementa a de Martin (2012), ao associar fatores comportamentais – específicos a modelos pobres de parentalidade, e à translação de atitudes face ao emprego e à dependência do bem-estar por parte de figuras parentais (ad, 1986; Wilson, 1987 citados por O'Reilly et al., 2015) – aos situacionais considerados por este, originando uma abordagem alternativa ao fenómeno inter-geracional do desemprego: a “cultura da pobreza” (Mead, 1986; Wilson, 1987 citados por O'Reilly et al., 2015). Porém, esta abordagem cultural não é consensual: segundo O'Reilly e colaboradores (2015), falha em reconhecer adequadamente as disparidades económicas a nível estrutural (Bynner, 2005), a evidência referente às atitudes entre indivíduos desempregados (Gallie, 1994), e as reivindicações excessivas dos aspetos de permanência e perseverança destes nas suas comunidades (MacDonald et al., 2014).

Todavia, a “cultura de pobreza” tende a ser associada e cultivada pela escassez de oportunidades de empregabilidade locais, tendo como facilitador de crescimento o elevado grau de concentração de indivíduos desempregados nas suas residências familiares, que implica a vivência de situações de pobreza pela população jovem desempregada (Graaf-Zijl

²¹ No original: *frictional*.

& Nola, 2011 citado por O'Reilly et al., 2015). De acordo com O'Reilly e colaboradores (2015), o agravamento desta influência originou a compartição do sistema de identificação habitacional, – surgem as residências *work-poor*²² (Gregg & Wadsworth, 2000) que, apesar de esforços políticos, aumentaram significativamente e são expetáveis perdurar ao longo do tempo (Gregg, Scutella, & Wadsworth, 2010), e as residências *work-rich*²³ (Gregg & Wadsworth, 2000) – que toma proporções determinantes na transição jovem para o mercado laboral, uma vez que é ação parental providenciar conforto económico e ajuda prática no decorrer do processo de passagem para a idade adulta (Heat & Calvert, 2013; Lye, 1996).

Atendendo à caracterização do conjunto da situação familiar e das condições da sociedade, Bukodi e Goldthorpe (2011) descrevem a população jovem como vítima duma desigualdade gradual, podendo ser (ou não) privada das ferramentas necessárias para suportar a situação de desemprego durante determinado período temporal: ou seja, a caracterização pode forçar o jovem a aceitar as ofertas de empregabilidade instável (ou precária) disponibilizadas, ou permitir que perca na procura duma empregabilidade estável, permanecendo na situação de desemprego (de duração mais ou menos extensa) até esse momento (O'Reilly et al., 2015). É no seio de circunstâncias de empregabilidade escassa que a abordagem situacional e a abordagem cultural se completam na compreensão do fenómeno de desvantagem geracional, sendo que – seguindo a afirmação de Granocetter (1973) – Berloff, Modena e Villa (2011) salientam a importância de fatores sociais, por parte das figuras parentais e de redes de apoio dos jovens, na obtenção de emprego (O'Reilly et al., 2015). Ainda, o modo através do qual o suporte parental influencia este processo difere de acordo com fatores individuais (i.e., género e classe social) e fatores contextuais (Ayllón, 2014; Blossfeld, 2005; Nazio, 2008 citados por O'Reilly et al., 2015). Sobre o efeito contextual do fenómeno de desvantagem geracional, a investigação tende a destacar aspetos explicativos distintos: para Ekhaugen (2009), o risco inter-geracional de empregabilidade das famílias norueguesas é maioritariamente explicado pelo legado familiar²⁴, sendo complementado pela influência de fatores familiares constantes, não-observáveis (O'Reilly et al., 2015); em contraste, o fator situacional da taxa de desemprego do Reino Unido explica o efeito geracional no estudo de Macmillan (2014 citado por O'Reilly et al., 2015).

²² i.e., habitações familiares nas quais nenhum dos indivíduos que as constituem se encontram empregados (Gregg & Wadsworth, 2000 citado por O'Reilly et al., 2015).

²³ i.e., habitações familiares nas quais há ocorrência de situações de empregabilidade por parte de dois ou mais indivíduos constituintes (Gregg & Wadsworth, 2000 citado por O'Reilly et al., 2015).

²⁴ i.e., heterogeneidade, nacionalidade a que pertence e padrão de educação parental fornecido pelas figuras parentais (Ekhaugen, 2009 citado por O'Reilly et al., 2015).

Igualmente, e em consequência da instabilidade do mercado laboral juvenil, os padrões (anteriores, de desenvolvimento, e posteriores) de transição para a independência (viz., através da aquisição de residência) têm-se tornado mais diversos, contrariando a tendência anteriormente refletida da emancipação económica (O'Reilly et al., 2015). A incapacidade de garantir estabilidade laboral, e consequentemente económica, tem originado o fenómeno emergente, designado por Newman (2012) por “geração *boomerang*”²⁵, que ultima no desenvolvimento de “famílias acordeão”²⁶ (p.7), – fenómeno propagado a nível mundial – sendo que a alta proporção de jovens tem enfrentado estigmatização por parte da sociedade em que se inserem, e para a qual não têm condições para contribuir (O'Reilly et al., 2015). No contexto do Japão (seriamente afetado pela crise dos anos 90), a alta proporção de jovens adultos²⁷ (viz., pertencentes ao género masculino) que permanecem na residência familiar tende a ser pejorativamente generalizada de “solteiros parasitas” (p.7): isto é cultivado pela cultura de sucesso associada à sua população, e é efeito da incapacidade de reconhecer os obstáculos impostos aos jovens, pela estruturação segmentada das instituições empregadoras japonesas (Genda & Brinton, 2011 citado por O'Reilly et al., 2015). Esta tendência de estigmatização é assumida noutros contextos culturais, – similaridades ao contexto português – como em Itália. Segundo O'Reilly e colaboradores (2015), os jovens – de novo, masculinos – dependentes são rotulados de “bebés grandes”²⁸ pela *media italiana*, olvidando a influência imperativa do contexto económico e laboral na complicação das transições para a independência: influência, não apenas decisiva no mercado laboral juvenil europeu, como exacerbada no italiano, com baixos escalões salariais, altos níveis de precariedade, e extrema dificuldade (se não inabilidade) de acesso a benefícios de emprego (Saraceno, 2012).

A complexificação do percurso para a idade adulta independente obriga a compreensão de aspetos predominantes no desenvolvimento da população jovem: a incompreensão dos fatores situacionais e comportamentais (que tendem a assumir importância progressiva de influência) inerentes ao contexto pode implicar a evolução duma “cultura de pobreza” generalizada e marcante, agravada pela resposta às dificuldades da empregabilidade jovem instável, com divisões sociais e, consequentemente, exclusão social: o legado familiar assume, assim, uma ação decretória central no rumo e nos recursos disponibilizados a esta

²⁵ Caracterizado pela partida e retorno intermitente dos jovens à sua residência de origem (Newman, 2012 citado por O'Reilly et al., 2015).

²⁶ i.e., agregados familiares cuja dimensão se modifica de acordo com as movimentações juvenis, suportando ações inconstantes de diminuição e de expansão (O'Reilly et al., 2015).

²⁷ Indivíduos pertencentes à faixa etária compreendida entre os 20 e os 30 anos (O'Reilly et al., 2015).

²⁸ No original: *bamboccioni* (O'Reilly et al., 2015).

população, podendo prontamente assumir um fator de vantagem ou de desvantagem na transição a desenvolver e no modo como estes podem ser aproveitados pelos jovens (O'Reilly et al., 2015). Apenas a compreensão das dimensões antecedentes e precedentes a esta juventude pobremente integrada permite atuar eficazmente no atual desemprego jovem, através da elaboração e aplicação de políticas interventivas adequadas (O'Reilly et al., 2015).

2.1.5. *Iniciativas Políticas*

A atual dificuldade de integração e consagração da população jovem é um enfoque principal das recentes iniciativas políticas, com a criação de oportunidades que possibilitem o êxito e (re)integração no mercado laboral juvenil: o Conselho da UE (CUE, 2010) salienta a necessidade de sucesso da transição educação-emprego (O'Reilly et al., 2015). Neste sentido, O'Reilly e colaboradores (2015) evidenciam a estratégia Europa 2020 (CE, 2010), que objetiva o sucesso escolar e profissional jovem, através de iniciativas complementares que permitam acompanhar os processos de desenvolvimento juvenil, nomeadamente:

- ✓ Jovens em Movimento²⁹, cuja ação é direcionada para a melhoria do desempenho e qualidade dos sistemas de educação/formação, a promoção da mobilidade juvenil, a garantia de sucesso transitivo para o mercado laboral, e o reforço da atratividade mundial na educação superior (CE, 2010c). Em 2011, a Iniciativa de Oportunidades Juvenis³⁰ surge como modelo de suporte, com atuação no sentido de prevenir o abandono escolar, e de apoiar a procura e obtenção de experiência laboral por parte dos entrantes no mercado de trabalho (CE, 2011);
- ✓ Agenda para Novas Competências e Empregos³¹, que objetiva a concordância entre a estrutura educativa/formativa (CE, 2010b), e a procura de qualificação do mercado laboral.
- ✓ Plataforma Europeia Contra a Pobreza³², que foca a promoção de coesão e inclusão social, – aspetos ameaçados pela estigmatização da juventude pobremente integrada – através de oportunidades educativas, formativas e profissionais (CE, 2011).

Ainda, é implementado o Pacote de Emprego Jovem³³ (PEJ) (CE, 2012) – reforçada pela Iniciativa de Emprego Jovem³⁴ (CE, 2013) – com quatro princípios ativos direcionados aos Estados Membros da CE (O'Reilly et al., 2015). A medida de Garantia Jovem³⁵ (GJ) defende a igualitária oportunidade de qualidade de (a) emprego, (b) educação contínua, (c)

²⁹ No original: *Youth on the Move*.

³⁰ No original: *Youth Opportunities Initiative*.

³¹ No original: *Agenda for New Skills and Jobs*.

³² No original: *European Platform Against Poverty*.

³³ No original: *Youth Employment Package*.

³⁴ No original: *Youth Employment Initiative*.

³⁵ No original: *Youth Guarantee*.

aprendizagem, ou (d) formação, até quatro meses após o término da educação formal ou de situação de desemprego, sendo “obrigação das autoridades públicas providenciar os serviços e/ou implementar os programas” (OIT, 2012b citado por O’Reilly et al., 2015, p.10). Igualmente, a Grande Coligação para Empregos Digitais³⁶ (CE, 2013) procura a promoção da mobilidade laboral e a garantia de consonância entre as competências dos jovens e das ofertas laborais, racionalizando o processo de formação e certificação (O’Reilly et al., 2015).

A evidência avaliativa da GJ apresenta pouco impacto a longo-prazo (O’Reilly et al., 2015), sendo a generalidade de projetos das Políticas de Mercado Laboral Ativo³⁷ (PMLA) alusivos aos jovens menos eficazes do que os direcionados à população desempregada geral (Card et al., 2010 citado por O’Reilly et al., 2015). Porém, segundo a Eurofound (2012a, 2012b), o sucesso da iniciativa depende do contexto de atuação: surge mais eficaz nos estreantes no mercado laboral, em contraste com os desempregados a longo-termo; e, nos casos NEET, é mais acessível à juventude próxima ao mercado laboral, comparativamente à que encara obstáculos de integração (O’Reilly et al., 2015). Todavia, participar nas PMLA é obrigatório após um período (estipulado a nível nacional) de apoio social, apresentando alternativas ao desemprego: integração no mercado laboral³⁸ ou participação em ações de formação³⁹ (O’Reilly et al., 2015). Segundo O’Reilly e colaboradores (2015), o efeito destas políticas contrasta no sucesso da “*work first*” a curto prazo e na eficácia da *train first* a médio e longo prazo (Card et al., 2010), mas a sua capacidade de alterar desfechos de risco é consensual, principalmente se aplicadas numa primeira fase da situação de desemprego (Martin & Grubb, 2001) e, mais importantemente, de desenvolvimento (Heckman, 2000).

Atendendo à necessidade de experiência laboral, – a aquisição de capital humano como a proteção mais eficaz no combate aos riscos do desemprego jovem – e de resposta à reduzida qualidade dos modelos de aprendizagem das entidades empregadoras (Lain et al., 2014), O’Reilly e colaboradores (2015) destacam as iniciativas Estrutura de Qualidade para Formações⁴⁰ e Aliança Europeia para Aprendizagens⁴¹ (CUE, 2014): findam ampliar e aperfeiçoar as oportunidades laborais, com aprendizagens e formações laborais de alta qualidade num ambiente condicionado, seguro e justo. Ainda, os países com um sistema de

³⁶ No original: *Grand Coalition for Digital Jobs*.

³⁷ No original: *Active Labor Market Policies*.

³⁸ No original: *work first*.

³⁹ No original: *train first*.

⁴⁰ No original: *Quality Framework For Traineeships*.

⁴¹ No original: *European Alliance for Apprenticeships*.

aprendizagem duplo⁴² (e.g. Portugal, Áustria, Dinamarca, Alemanha, Suíça) exibem resultados mais promissores de integração no mercado laboral, – associada à transição educação/formação-emprego mais subtil e célere (Hanuchek, Woessmann & Zhang, 2011 citado por O’Reilly et al., 2015) e a níveis reduzidos de NEET e desemprego jovem (Eurofound, 2014a citado por O’Reilly et al., 2015) – uma vez que a formação dos jovens é direcionada à atuação em ambiente ocupacional (Ryan, 2001; Russell & O’Connell, 2001 citados por O’Reilly et al., 2015). No entanto, O’Reilly e colaboradores (2015) evidenciam o declínio mais célere destes jovens na fase terminal do percurso laboral, e a inexistência de contraste salarial entre estes e a restante juventude (Malamoud & Pop-Eleches, 2010; van de Werfhorst, 2011), não descurando o papel das condições de flutuação do mercado laboral.

Em conclusão, existem mudanças estruturais no sentido de viabilizar a integração plena da população jovem na sociedade, mas a ação não se pode restringir a “arranjos rápidos de má qualidade” (p.13), uma vez que a sua eficácia está dependente da compreensão das necessidades influenciadoras da preparação desta população para o mercado de trabalho, assim como da orientação compreensiva e holística, que deve auxiliar o alcance de percursos laborais sustentáveis a longo prazo (Eurofound, 2012a citado por O’Reilly et al., 2015).

2.1.6. Impacto Psicossocial

As dinâmicas sociais do trabalho, nas quais a sociedade atual assenta, e os processos de organização e coesão social que a definem, justificam a importância atribuída ao trabalho, sendo que a análise do fenómeno de desemprego e da integração juvenil envolve fatores como: a representação social que este acarreta e o tipo de relações instituídas no, e perante, o seu contexto; a indissociabilidade deste ao ciclo económico; e o efeito do trajeto formativo no projeto de vida do indivíduo (Blossfeld, 1992; Espinasse & Giret, 1997 citados por Parada & Coimbra, 1999, 2000). Neste sentido, Strandh, Winefield, Nilsson e Hammarström (2014) destacam as consequências sociais do desemprego, – que se fazem sentir juntamente com os seus aspetos económicos – cuja investigação associa a fatores individuais: viz. aumento de sintomas depressivos (Mossakowski, 2009), decréscimo imediato de satisfação com a vida (Lucas, Clark, Georgellis, & Diener, 2004), e deterioração da saúde mental (Strandh, 2000; Dockery, 2005; Hammarström & Janlert, 1997). Ainda, segundo Aguilar-Palacio, Carrera-Lasfuentes & Rabanaque (2015), a situação de desemprego revê-se numa autoavaliação mais

⁴² i.e., sistema que combina ambos tipos de conhecimento no mesmo percurso formativo, através da concretização de oportunidades de formação informal (por parte duma entidade empregadora) e de formação formal (por parte duma escola vocacional) (Eurofound, 2014a citado por O’Reilly et al., 2015).

pobre de saúde física (Bambra & Eikemo, 2009) e num maior risco de mortalidade e de doenças debilitantes (Roelfs et al., 2011; Bartley et al., 2004), assim como de maior prevalência de comportamentos de risco (Stuckler et al., 2009).

Contudo, o momento de exposição ao desemprego pode influenciar o seu efeito, sendo que em etapas da vida mais vulneráveis, este pode ser exacerbado: logo, a exposição durante a juventude⁴³ pode proporcionar consequências mais significativas do que numa fase mais tardia (Kuh, Ben-Shlomo & Lynch, 2003 citado por Strandh et al., 2014). Isto é evidenciado por Strandh e colaboradores (2014) na prolongação do efeito negativo do desemprego a nível dos sintomas psicológicos, até um período de 14 anos (Hammarström & Janlert, 2002), e a nível da saúde mental, no percurso de vida do indivíduo jovem posterior à situação de desemprego, sendo que este efeito pode ser agravado pelo agregado de múltiplos momentos de desemprego durante o ciclo vital: o mesmo ocorre relativamente ao risco de deterioração física, no sentido de mais dificuldades associadas a doença, incapacidade e, *in extremis*, morte (Helgesson et al., 2013 citado por Aguilar-Palacio et al., 2015). Assim, a interação com a saúde mental caracteriza-se por consequência “cicatrizante” do desemprego⁴⁴ (Clarke et al., 2001; Daly & Delaney, 2013 citados por Egan, Daly & Delaney, 2015).

No entanto, Egan e colaboradores (2015) salientam o poder de influência que níveis pobres de saúde mental podem expor na evolução do fenómeno de desemprego (Butterworth et al., 2012), sendo possível assumir uma causalidade mútua nesta associação: a situação de desemprego surge como consequência, podendo, igualmente, ser agravada atendendo à fase de vida em que o fator psicológico se evidencia. Assim, a vivência precoce de *distress* psicológico tende a afetar adversamente o desempenho laboral e a incentivar o absentismo do indivíduo jovem, ultimando no seu desemprego (Lerner & Henke, 2008; Lagerveld et al., 2010 citados por Egan et al., 2015), sendo que pode assumir proporções mais preocupantes, – viz. inviabilizar a integração no mercado laboral – ao desvalorizar o seu investimento no processo de procura de trabalho (McKee-Ryan et al., 2005; Kanfer et al., 2001 citados por Egan et al., 2015) e no desenvolvimento de capital humano (Fletcher, 2008; Berndt et al., 2000 citados por Egan et al., 2015). Igualmente, o problema pode ser exacerbado se existir discriminação por parte dos empregadores (Evans-Lacko et al., 2013; Chatterji et al., 2011; Callard, 2012 citados por Egan et al., 2015).

⁴³ Período de vida caracterizado pela sensibilidade inerente ao desenvolvimento da identidade e do processo de socialização (Hammarström & Janlert, 2002; Winefield, Tiggemann, Winefield & Goldney, 1993 citados por Strandh et al., 2014).

⁴⁴ i.e., efeito de longo-termo, com impacto visível na vida do indivíduo (Egan et al., 2015).

III. Estudo Empírico

3.1. Objetivo e hipóteses de investigação

O presente estudo objetiva compreender o impacto protagonizado pela experiência da situação de desemprego em alguns aspetos determinantes da vida do indivíduo. Neste sentido, foi realizada a análise da interação relativamente aos aspetos caracterizadores desta experiência e à saúde psicológica, assim como ao acesso aos benefícios latentes e manifesto do emprego. No que diz respeito à investigação anterior, é de notar a interação positiva que tem sido demonstrada entre o bem-estar psicológico e o acesso aos benefícios latentes (Creed & Macintyre, 2001; Haworth, 1997; Jackson, 1999; Martella & Maass, 2000; Waters & Moore, 2002, citados por Muller, Creed, Waters, & Machin, 2005) apresentados pelo modelo de privação latente, de Marie Jahoda (1981, 1982 citado por Muller et al., 2005), nomeadamente (a) a relação existente entre baixos níveis de estruturação temporal e uma autoestima decrescida, assim como graus elevados de depressão e de *distress* psicológico (Bond & Feather, 1988; Evans & Haworth, 1991; Rowley & Feather, 1987; Ullah, 1990 citados por Creed & Macintyre, 2001); (b) a elevada importância atribuída ao suporte social – cujo papel central é caracterizado pela integração do indivíduo em redes sociais, na Europa do Norte, e pelo apoio social fornecido pela família, na Europa do Sul (Hammer, 2003 citado por Aguilar-Palacio et al., 2015) – enquanto possível mitigador dos efeitos negativos da vivência de recessões económicas na saúde dos indivíduos (Barr et al., 2012 citado por Aguilar-Palacio et al., 2015); e (c) a investigação de Creed e Machin (2001), na qual o estatuto surgiu enquanto benefício latente isoladamente capaz de prever o nível de bem-estar da população desempregada (Creed & Macintyre, 2001). Ainda, é necessário ter em consideração a relevância fornecida por Fryer (1986) ao benefício manifesto do emprego – no modelo de restrição de agência – ao assumir que o *distress* psicológico apresenta como causa primária a perda de acesso à disponibilidade financeira (Muller et al., 2005), posteriormente apoiada pela forte correlação assumida por Creed e Bartrum (2008). Neste sentido, a Hipótese 1 deste estudo centra-se em presenciar a existência de relações de associação entre a saúde mental e os benefícios do emprego.

Aquando a análise do acesso aos benefícios do emprego por parte da população desempregada, é necessário atentar o valor que cada fator assume e exprime na vivência da situação de desemprego. Atualmente, a sociedade define-se pelo estatuto que o trabalho fornece aos indivíduos, sendo que a empregabilidade, não apenas caracteriza a função que o trabalhador apresenta na sociedade, como fornece ao mesmo uma série de proteções sociais

desenvolvidas ao longo do século XX (Brandão, 2002 citado por Bento, 2009). Deste modo, a conceção do trabalho enquanto instituição social permite perspetivar o valor que a perda de acesso ao benefício de Contato Social exprime na transição para a situação de desemprego, sendo que o processo de procura de trabalho levado a cabo pelos jovens financeiramente dependentes tende a transformar-se numa preocupação central no seio familiar (Çelik, 2008) e as redes sociais surgem enquanto mediadoras na sua relação com a ocupação, o trabalho e o futuro (Arcidiacono, Procentese & Di Napoli, 2007), com o capital social – característica contextual, caracterizada pelas propriedades inerentes à interação entre indivíduos – a demonstrar promoção nos níveis de saúde dos indivíduos, que se revê na diminuição do *stress* psicológico e psicossocial, na adoção de normas de conduta saudáveis, e no decréscimo das taxas de crime (Kawachi, Kennedy & Glass, 1999 citado por Lindström, Ali & Rosvall, 2012). Destaca-se, igualmente, a importância acrescida do problema económico que a população jovem enfrenta atualmente, resultante, não apenas da situação económica, como também da reestruturação do mercado de trabalho. Esta incapacidade de garantir independência financeira resulta na permanência na residência familiar (Çelik, 2008), como proteção da falta de acesso ao benefício de Disponibilidade Financeira assegurado pela empregabilidade, sendo que, conseqüentemente, esta situação resulta na restrição de necessidades e desejos que os jovens possam expressar, podendo ultimar em exclusão social (Çelik, 2008). Neste sentido, a Hipótese 2 deste estudo dita que se verifica uma forte interação de correlação entre os benefícios de Contato Social e Disponibilidade Financeira, sendo estes os que mais se ressentem nas diferenças de acesso aos benefícios do emprego, por parte dos indivíduos desempregados.

Assim como das condições sociais e contextuais, a vivência da situação de desemprego encontra-se dependente de características do próprio indivíduo e da sua experiência de vida, de quais são exemplo a idade, o sexo, o país de origem e a educação (Lindström, 2004 citado por Lindström et al., 2012). No que diz respeito ao bem-estar psicológico e ao acesso aos benefícios do emprego, o estudo relativo à ação diferencial do género surge como pouco evidente e não-consensual, uma vez que, até recentemente, esta investigação apresentar como enfoque o género “ganha-pão” primário, isto é, o género masculino (Creed & Watson, 2003). Deste modo, é possível notar conclusões distintas relativamente ao papel desta característica na experiência de desemprego, sendo que determinados autores demonstraram (a) uma preponderância de *distress* nos homens (e.g. Lahelma, 1992; Muller et al., 1993 citados por Creed & Watson, 2003); outros, contrariamente, destacaram (b) o género

feminino enquanto mais suscetível a alterações negativas no bem-estar (e.g. Warr & Jackson, 1985; Warr & Payne, 1983 citados por Creed & Watson, 2003); e os restantes (c) não evidenciaram qualquer aspeto diferencial na análise destes fatores (e.g. Feather & O'Brien, 1986; Winefield & Tiggerman, 1985 citados por Creed & Watson, 2003). Por outro lado, tendo em consideração a idade, Creed e Watson (2003) demonstraram que os níveis de *distress* psicológico tendem a aumentar uniformemente ao longo dos estágios etários, na situação de desemprego, ou seja, existe uma tendência crescente, que inicia o seu desenvolvimento nos indivíduos de idade jovem, agravando-se durante a fase adulta, e, em última instância, tornando-se mais preponderante nos indivíduos de idade mais avançada. Esta tendência pode, porém, estar dependente do efeito de outra característica inerente à situação de desemprego, nomeadamente o período de duração desta mesma, uma vez que este período tende a ser menor para os indivíduos jovens, comparativamente aos restantes grupos (Creed & Watson, 2003), devido à antiguidade de integração que estes representam no mercado laboral. Já no que diz respeito ao acesso aos benefícios do emprego, é possível notar um efeito diferencial numa percentagem dos benefícios em questão, como é o caso da vantagem de acesso que os jovens apresentam a nível do Contato Social e a atitude mais positiva que apresentam relativamente ao Estatuto associado ao desemprego, resultados que contrastam com um menor nível de acesso à Estruturação Temporal, comparativamente aos restantes grupos etários (Creed & Watson, 2003). Um dos fatores que aparenta ter maior ação de influência neste tipo de estudo é o nível de qualificação dos indivíduos, – tanto previamente, como no decorrer da experiência de desemprego – algo que ultimamente tem vindo a ser alvo de enfoque, após a reestruturação do mercado de trabalho. Este recente capítulo, enquanto consequência do clima económico, deu origem a uma evidência gradual numa repartição entre a população menos e mais habilitada a nível académico, sendo a desistência ou renúncia da escolaridade e formação associada a uma população em risco ou vulnerável (Scarpetta et al., 2010 citado por Aguilar-Palacio et al., 2015). A propensão para acumulação de desvantagens sociais, por parte desta população, revê-se na dificuldade acrescida de garantir uma empregabilidade estável (Scarpetta et al., 2010), e, conseqüentemente, a tendência atual da população jovem é o retorno (Bell & Blanchflower, 2009) ou a prolongação da educação, sendo que a habilitação académica pode ser considerada enquanto estratégia de *coping* (Çelik, 2008) ou fator protetor, no que diz respeito à saúde e aos estilos de vida dos indivíduos (Aguilar-Palacio et al., 2015). Do mesmo modo, a reestruturação do mercado laboral, e a conseqüente flexibilidade do mesmo, originou uma

expansão na abordagem à investigação do impacto da experiência de desemprego: a análise dos efeitos que a tipologia de empregabilidade (e.g. a tempo inteiro ou parcial; contrato permanente ou a prazo) apresenta no bem-estar, na saúde física e na satisfação com a vida e o trabalho (Bardasi & Francesconi, 2004 citado por Booker & Sacker, 2011). Indo de encontro à investigação, a Hipótese 3 deste estudo foca a presença de efeitos diferenciais de fatores individuais – nomeadamente: o género masculino, a faixa etária mais nova e o nível mais elevado de habilitação académica – e contextuais – nomeadamente: a inexistência ou níveis mais baixos de experiência de trabalho, a tipologia de emprego “a tempo inteiro ligado à área de formação”, e o menor período de duração da situação de desemprego – dos participantes na saúde psicológica e no acesso aos benefícios do emprego, sendo que estes aspetos contribuem para a experiência de níveis mais elevados destas consequências.

Outro domínio fundamental neste estudo centra-se na importância que a realização de um percurso de formação(ões), por parte da população desempregada, pode apresentar na vivência da situação de desemprego, de tal modo que o contexto de análise constituiu um centro de formação caracterizado por ações de formação WBE. Tal importância deriva da investigação relativa a este domínio, que aponta duas perspetivas complementares entre si, nomeadamente, 1) a não-participação dos indivíduos na sociedade surge enquanto indicador crítico duma ação de transição falhada, na direção de empregabilidade estável; e 2) as experiências fracassadas de transição causam a redução nas subseqüentes expectativas de participação (Fergusson, 2013). A consequência última deste ciclo vicioso é definida pela exclusão social (Fergusson, 2013), um dos problemas mais preponderantes no que diz respeito à experiência de desemprego, sendo, por isso, necessário compreender o modo de atuação deste fenómeno, a nível da saúde psicológica e do acesso aos benefícios do emprego, e agir no sentido da sua prevenção. É nesta lógica que se impõe a realização de ações de formação, enquanto estrutura capaz de fornecer identidade e pertença social, (Gorz, 1988; Imaginário, 1997, citados por Parada & Coimbra, 1999, 2000) – características do benefício de Propósito Coletivo – assim como de promover o desenvolvimento pessoal e de contribuir para a solidificação da autoestima dos indivíduos e da estima interpessoal, ao permitir a construção de novos significados (Gorz, 1988; Imaginário, 1997, citados por Parada & Coimbra, 1999, 2000). De modo a compreender o poder de influência da realização de um percurso formativo, foram tidas em consideração duas tipologias de formação com base na motivação dos participantes, isto é, enquanto ação obrigatória ou de necessidade – concretamente, “Sinto necessidade”; “É condição para progredir na carreira”; e “É

alternativa ao desemprego” – ou enquanto ação voluntária ou como meio de desenvolvimento pessoal – concretamente, “É a melhor forma para encontrar emprego”, “Pode permitir-me encontrar um emprego bem remunerado”, “Sempre fez parte dos meus planos” – sendo que a Hipótese 4 deste estudo perspetiva que a concretização de ações de formação voluntárias surge enquanto fator diferenciador do impacto do percurso formativo na saúde mental e no acesso aos benefícios do emprego, ressentindo-se em níveis mais elevados destes aspetos.

Tendo em consideração as teorias de Martin (2012) e de Warmuth e colaboradores (2014), a última hipótese deste estudo centra-se em compreender o impacto que a situação económica corrente apresenta no desenvolvimento da “cultura da pobreza”, ou seja, no desenvolvimento da concentração de indivíduos desempregados nas residências familiares (Graaf-Zijl & Nola, 2011 citado por O’Reilly et al., 2015) dos participantes. Atendendo à importância do suporte social na experiência da situação de desemprego, principalmente por parte das figuras parentais e de redes de apoio (Berloff, Modena & Villa, 2011 citado por O’Reilly et al., 2015) nas quais os indivíduos desempregados se inserem, torna-se necessário explorar a influência que características da vida do indivíduo, como o Estado Civil, a existência de Familiares Dependentes e de ocorrências de Desemprego Familiar no agregado residencial, podem apresentar nas consequências analisadas neste estudo. No que diz respeito ao estado civil dos indivíduos, – aspeto descuido pela investigação deste âmbito – destaca-se apenas a exceção do caso dos efeitos diferenciais no bem-estar da população desempregada apontados por McKee-Ryan (2005) (Booker & Sacker, 2011), sendo que o conjunto destas características podem ter ação na saúde psicológica e no acesso aos benefícios do emprego. Deste modo, a Hipótese 5 deste estudo centra-se na ocorrência de efeitos diferenciais destes fatores na saúde psicológica e no acesso aos benefícios do emprego, sendo que o estado civil de solteiro, e a ausência de indivíduos dependentes e de outras situações de desemprego no agregado familiar dos participantes substanciam a experiência de níveis mais elevados destes aspetos.

3.2. Método

3.2.1. Participantes

- Processo de Seleção dos Participantes

Num primeiro momento, foi estabelecido contacto com o Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios (Modatex), através de

comunicação via e-mail. Após apresentação da investigação a ser realizada e solicitação de participação dos indivíduos inscritos no Centro – com a respetiva aprovação – ocorreu, então, a familiarização relativamente às diversas modalidades e turmas disponíveis para participação, e a devida seleção dos participantes a serem incluídos no estudo. O processo de recolha de informação foi concretizado no próprio Centro, de modo a garantir a comunicação e aplicação do instrumento de recolha durante a concentração dos participantes nas suas turmas, e a possibilitar o esclarecimento conjunto de questões que pudessem surgir.

- Caracterização dos Participantes

O estudo foi constituído por uma amostra aleatória de conveniência, tendo em consideração o objetivo e hipóteses da investigação. Os participantes encontravam-se desempregados e inscritos nas diversas modalidades de formação disponibilizadas pelo Centro, tendo contribuído um total de 105 indivíduos para a realização do estudo. Após a recolha de informação, foram excluídos oito destes participantes, uma vez que não obedeciam aos critérios de preenchimento.

Colaboraram 97 indivíduos, caracterizados por uma faixa etária dos 18 aos 55 anos ($M=30.20$; $DP=10.45$) de idade, sendo 15 (15,5%) do género masculino e 82 (84,5%) do género feminino. Relativamente ao estado civil, a maioria dos participantes eram solteiros (67%), 25,8% encontravam-se casados ou em união de fato, e 7,2% eram divorciados ou viúvos.

As habilitações académicas incluíram o ensino básico (9,3%), o ensino secundário (57,7%) e o ensino superior (33%), sendo que a generalidade dos participantes já tinha terminado a sua formação educativa há mais de dois anos (68,8%) até ao momento de resposta. No entanto, 34,1% dos participantes ainda se encontravam à procura do primeiro emprego e 17,6% encontravam-se desempregados há menos de um ano, comparativamente aos 48,4% cujo desemprego se prolongou entre um e mais de dois anos. Esta generalidade revê-se na motivação para frequentar o percurso formativo, uma vez que 44% refere que “Procurei emprego e, como não encontrei, decidi completar/investir na minha formação”, contrariamente à necessidade de investimento na formação independentemente da procura (20,9%) ou obtenção (35,2%) de emprego. Assim, 51,5% dos participantes já tinha frequentado outras ações de formação até ao momento, tendo como média de duração global de 1264.85 horas ($DP=1396.29$). Relativamente aos motivos, 46% considera ser “a melhor forma para encontrar emprego” e que “pode permitir encontrar emprego bem remunerado”, 34% considera ser “uma alternativa ao desemprego”, 32% considera necessário “para melhor

desempenhar a profissão” e “condição para progredir na carreira”, e os restantes 20% consideraram que “sempre fez parte dos planos”.

No que diz respeito à experiência de trabalho, destaca-se a disparidade de caracterização entre os participantes que nunca se encontraram empregados ou apenas o permaneceram durante menos de um ano (45,8%) e que apresentam uma experiência de trabalho com duração superior a três anos (45,8%). Salienta-se o emprego a tempo inteiro (70,3%) comparativamente ao emprego a tempo parcial (17,2%), porém é de notar a relevância de emprego não relacionado com a área de formação (51,5%), independentemente do seu tipo.

Relativamente à probabilidade de encontrar emprego num futuro próximo, 56,9% dos participantes consideraram que “é o mais provável” ou “tem grande probabilidade de acontecer”, e 31,4% que “pode acontecer”, contrariando as medidas mais negativas (11,7%). No entanto, 93,8% dos participantes consideraram que este nível de segurança ou insegurança influencia outros aspetos da sua vida, nomeadamente “garantir independência financeira” (85,4%), “ter habitação própria” (30,3%), “constituir família” (25,8%), e manter ou criar laços de amizade” (13,5%). No que diz respeito ao agregado familiar dos participantes ($M= 3.38$; $DP= 3.11$), apenas 22,7% apresentava dependentes a seu cargo e 20,8% reportaram a existência de outras situações de desemprego na sua residência.

3.1.2. Instrumentos de Recolha de Informação

Numa primeira instância, foi apresentado o consentimento informado (ver Anexo A), no qual consistia a descrição do objetivo do estudo e do período de duração do preenchimento do questionário, a garantia do anonimato e da confidencialidade das respostas, assim como da liberdade de recusar ou de desistir a participação, e a informação relativamente ao modo de acesso aos resultados do mesmo (caso tal fosse desejado):

Tendo em consideração o objetivo de explorar e compreender os possíveis aspetos caracterizadores do impacto do desemprego, recorreu-se, primeiramente, à Escala de Benefícios Latentes e Manifestos do Emprego (Sousa-Ribeiro & Coimbra, 2007), versão portuguesa adaptada da escala original *Latent And Manifest Benefits of Employment* (LAMB-scale), de Muller e colaboradores (2005). Este instrumento é originalmente constituído por um total de 36 itens, e assenta o seu desenvolvimento nos modelos teóricos defendidos por Jahoda (1981, 1982) – modelo de privação latente – e por Fryer (1986) – modelo de restrição de agência – referentes à ação influenciadora de seis fatores, nomeadamente, cinco benefícios latentes (Estruturação Temporal, Atividade, Contato Social, Propósito Coletivo, e Estatuto) e o benefício manifesto (Disponibilidade Financeira),

do emprego no mal-estar subjetivo (Muller et al., 2005). A tradução, adaptação e validação desta escala para a população portuguesa, desenvolvida por Sousa-Ribeiro e Coimbra (2007), apresenta uma redução para 34 itens na sua totalidade, sendo que a sua distribuição integra igualmente os seis fatores referidos (Sousa-Ribeiro & Coimbra, 2007). Em ambas as versões deste instrumento, os itens integrantes são representados bipolarmente, enquanto representativos do acesso e, simultaneamente, da privação de acesso a um determinado benefício apresentado (Muller et al., 2005). No que diz respeito ao modelo de resposta, consiste numa categoria de resposta composta por sete pontos (Muller et al., 2005), perante a qual o indivíduo se deve posicionar de acordo com o seu grau de concordância relativamente às afirmações. De modo a possibilitar uma maior simplicidade e rapidez na aplicação deste instrumento, no presente estudo delimitamos a apresentação de cada um dos itens constituintes à sua formulação positiva, isto é aquela que representa a tendência de acesso ao benefício em questão, e procedemos à alteração do modelo de resposta para uma escala de Likert de seis pontos, de modo a compelir os participantes a assumirem um posicionamento de concordância ou discordância relativamente às afirmações apresentadas (evitando, deste modo, a tendência geral de um posicionamento médio, correspondente a uma opinião ambígua) (ver Anexo B).

No sentido de compreender as consequências psicológicas da experiência de desemprego, foi posteriormente aplicado o Questionário de Saúde Geral (Sousa-Ribeiro & Coimbra, 2005), versão portuguesa adaptada da escala original reduzida *General Health Questionnaire* de 12 itens (GHQ-12), de Goldberg (1972). Este instrumento compreende diversos estados de afeto negativos, – que Sousa-Ribeiro e Coimbra (2005) repartem em três fatores distintos (viz., 1) perda de ânimo; 2) ansiedade; e 3) perda de confiança) – através da análise do estado de espírito do indivíduo num período temporal prévio à sua aplicação (i.e., “nas últimas semanas”), e apresenta um modelo de resposta que permite a escolha da afirmação que melhor descreve a situação vivenciada pelo participante: consiste numa categoria de resposta composta por quatro pontos, que expressam diferentes níveis de frequência do estado de espírito especificado em cada um dos seus 12 itens (ver Anexo C).

Num último momento, foi então aplicado o questionário sociodemográfico construído para este estudo, que apresenta 13 itens na sua totalidade (ver Anexo D).

3.1.3. Procedimento

O contacto com os participantes foi estabelecido via e-mail, tendo os dias e as horas de preenchimento do questionário sido acordados mediante a disponibilidade dos

participantes e da investigadora, ao longo de 8 dias (entre os meses de Junho e Julho de 2016). A duração do preenchimento dos questionários oscilou entre os 25 e os 40 minutos, sendo posteriormente recolhidos para análise da informação. Após a concretização dos procedimentos referidos, agradeceu-se a disponibilidade e a colaboração no estudo. De modo a assegurar a validade da investigação em questão, foi garantida a concretização do conjunto de padrões éticos a ter em consideração ao longo da sua realização.

3.1.4. Técnica de Análise de Informação

No que diz respeito à análise da informação obtida pelos instrumentos de recolha, foi utilizado o programa estatístico IBM SPSS Statistics (versão 24). Neste sentido, após ter sido concluída a fase de recolha de dados no terreno, deu-se início à organização e análise dos mesmos. Deste modo, procedeu-se à construção e definição das variáveis em estudo, respetivamente as variáveis dependentes – correspondentes aos grupos de itens constituintes da LAMB-scale e do GHQ-12 – e as variáveis independentes, e à inserção da informação no programa.

IV. Resultados

No que diz respeito à LAMB-scale utilizada neste estudo, os itens que a constituem foram agrupados e divididos em seis fatores distintos, tendo em consideração a organização apresentada por Muller e colaboradores (2005). Deste modo, foi analisado, num primeiro momento, o valor de consistência interna de cada um destes fatores, com o objetivo de garantir a sua utilização na posterior análise de dados. Assim, através da análise do *Alpha de Cronbach*, o fator relativo à Estruturação Temporal apresentou um $\alpha = .84$; o de Atividade apresentou um $\alpha = .78$; o de Contato Social apresentou um $\alpha = .86$; o de Propósito Coletivo apresentou um $\alpha = .82$; o de Estatuto apresentou um $\alpha = .79$; e o de Disponibilidade Financeira apresentou um $\alpha = .91$, sendo possível assumir que os itens que os compõem são consistentes entre si.

Após ser concretizada a análise da amostra, realizou-se a análise das correlações relativamente às escalas utilizadas no estudo, como apresentado na Tabela 1. Neste sentido,

	Saúde Mental	Propósito Coletivo	Disponibilidade Financeira	Contato Social	Estatuto	Estruturação Temporal	Atividade
Propósito Coletivo	-,31**						
Disponibilidade Financeira	-,31*	,30**					
Contato Social	-,41***	,59***	,37***				
Estatuto	-,23*	,50***	,16	,67***			
Estruturação Temporal	,22*	-,25*	,18	-,07	-,17		
Atividade	-,22*	,29**	,14	,39***	,49***	,03	

Tabela 1 – Correlações entre diversas variáveis. Nota: * <.05; ** <.01; *** <.001

de acordo com o teste de *Spearman*, foi possível verificar que apenas a escala GHQ-12 e o fator Propósito Coletivo da LAMB-scale se encontram igualmente correlacionados entre si ($r = -.31$; $p < .01$) e entre todos os fatores restantes. Ainda, no que diz respeito à escala GHQ-12, é de notar a correlação relativamente ao fator Contato Social ($r = -.41$; $p < .001$). Considerando os fatores da LAMB-scale, destacam-se as correlações entre o fator Propósito Coletivo com os fatores Contato Social ($r = .59$; $p < .001$) e Estatuto ($r = .50$; $p < .001$); as correlações entre o fator Atividade com o fator Contato Social ($r = .39$; $p < .001$) e o fator Estatuto ($r = .49$; $p < .001$); as correlações entre o fator Contato Social com o fator Estatuto ($r = .67$; $p < .001$) e o fator Disponibilidade Financeira ($r = .37$; $p < .001$).

De modo a analisar a relação e as diferenças entre a informação sociodemográfica obtida através da aplicação do questionário e a saúde mental, e os benefícios latentes e manifestos do emprego, foram realizados testes de *t* de *Student* e de ANOVA a um fator. Ainda, de modo a simplificar a análise no que diz respeito às variáveis numéricas de resposta aberta – nomeadamente, a variável relativa à idade e a variável relativa às horas de formação realizadas – concretizou-se à sua transformação e recodificação, com base nos valores correspondentes ao mínimo, máximo e mediana dos respetivos resultados, culminando em dois grupos por cada variável: variável Idade com um grupo dos 18 aos 25 anos e outro grupo dos 26 aos 55 anos; e variável Horas de Formação com um grupo de 25 a 450 horas e outro grupo de 451 a 5000 horas de formação.

Após análise de diferenças, é possível denotar resultados referentes às várias variáveis dependentes, com exceção do fator Atividade, da LAMB-scale, com a qual foi apresentada qualquer interação estatisticamente significativa. Assim, relativamente à variável Saúde Mental – valores significativos apresentados na Tabela 2 – surgiram diferenças no que diz respeito ao nível de habilitações académicas apresentado pelos participantes, sendo que os indivíduos com o nível de Ensino Básico reportam níveis mais baixos de saúde mental comparativamente aos indivíduos com o Ensino Superior. Tendo em consideração os

Saúde Mental		<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>F</i>	<i>p</i>
Habilitações académicas	Ensino Básico	17.39 ^a (9.67)	3.92	.02
	Ensino Secundário	14.04 (6.34)		
	Ensino Superior	11.56 ^a (3.18)		

Tabela 2 - Médias (desvios-padrão) da variável Saúde Mental, em função da variável dos respondentes, seguidas do teste de diferenças entre médias. Nota: nas variáveis com mais de 2 grupos, médias seguidas da mesma letra sobrescrita são estatisticamente iguais a $p < .05$, usando o teste post-hoc de Scheffé.

restantes fatores da escala LAMB-scale, o fator Estruturação Temporal apresentou diferenças apenas no que diz respeito à existência de casos de dependência familiar no agregado residencial – como exposto na Tabela 3 – sendo que os participantes que têm indivíduos dependentes de si reportam níveis mais baixos de estruturação temporal, ou seja, sentem que o seu tempo é ocupado de um modo adequado. Relativamente ao fator

Estruturação Temporal		M (DP)	F	p
Famíliares Dependentes	Sim	1.99 (.79)	6.84	.01
	Não	2.55 (.90)		

Tabela 3 - Médias (desvios-padrão) da variável Estruturação Temporal, em função da variável dos respondentes, seguidas do teste de diferenças entre médias.

Contato Social, destacam-se diversas relações de interação – apresentadas na Tabela 4 – sendo estas relacionadas com o nível de habilitações académicas caracterizador dos

Contato Social		M (DP)	F	p
Habilitações académicas	Ensino Básico	3.39 ^a (.89)	3.21	.05
	Ensino Secundário	3.86 ^a (.91)		
	Ensino Superior	4.19 ^a (.86)		
Formação como alternativa ao desemprego	Sim	3.44 (.77)	5.80	.02
	Não	4.04 (.87)		
Formação como sempre parte dos planos	Sim	4.33 (.93)	4.32	.04
	Não	3.71 (.82)		
Influência de expectativa	Sim	3.87 (.89)	6.70	.01
	Não	4.83 (.91)		
Influência: Garantir independência financeira	Sim	3.79 (.88)	4.80	.03
	Não	4.36 (.84)		

Tabela 4 - Médias (desvios-padrão) da variável Contato Social, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias.

participantes, os seus motivos para a realização de ações de formação, a influência que a obtenção de emprego num futuro próximo pode demonstrar em determinados aspetos da vida dos respondentes e o modo como esta pode ocorrer. Deste modo, os participantes que consideram a realização de ações de formação como alternativa à situação de desemprego reportaram menores níveis de contato social, assim como aqueles que não objetivavam esta

realização nos seus planos de empregabilidade. Do mesmo modo, os respondentes que consideraram que o fator de segurança ou insegurança associado à obtenção de emprego num futuro próximo apresenta uma ação influenciadora noutros aspetos da sua vida reportaram níveis mais baixos de contato social, assim como os participantes que consideraram que esta influência estaria diretamente relacionada com a dificuldade e necessidade de garantir independência financeira. É ainda possível verificar que o nível de Ensino Superior se destaca enquanto preditor de níveis mais elevados de contato social, no entanto, não é possível considerar esta diferença, uma vez que não foram encontrados valores significativos relativamente a estas médias no teste post-hoc de Scheffe. No mesmo sentido, o fator Propósito Coletivo apresenta resultados significativos – expostos na Tabela 5 –

Propósito Coletivo		M (DP)	F	p
Habilitações académicas	Ensino Básico	3.62 ^a (.46)	5.44	.006
	Ensino Secundário	3.75 ^b (.78)		
	Ensino Superior	4.28 ^c (.82)		
Influência: Garantir independência financeira	Sim	3.81 (.79)	6.61	.01
	Não	4.42 (.81)		

Tabela 5 - Médias (desvios-padrão) da variável Propósito Coletivo, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias. Nota: nas variáveis com mais de 2 grupos, médias seguidas da mesma letra sobrescrita são estatisticamente iguais a $p < .05$, usando o teste post-hoc de Scheffe.

relativamente ao nível de habilitações académicas, sendo que os participantes com o nível de Ensino Superior reportaram níveis mais elevados de Propósito Coletivo comparativamente com os de nível de Ensino Secundário, isto é, estes sentem uma maior valorização e contribuição relativamente ao papel que ocupam na sociedade. Ainda, os participantes que consideraram o fator de segurança ou insegurança associado à obtenção de emprego num futuro próximo como influenciador direto na dificuldade e necessidade de garantir independência financeira apresentaram níveis mais baixos de propósito coletivo. Por fim, na análise do último dos benefícios latentes da LAMB-scale, o fator Estatuto, é igualmente possível destacar relações de interação significativas relativamente ao nível de habilitações académicas dos participantes e dos seus motivos para a realização de ações de formação. Assim, como é possível verificar na Tabela 6, os respondentes com o nível de

Ensino Superior destacam-se dos que apresentam o nível de Ensino Básico ao reportarem níveis mais elevados de estatuto. Ainda, os participantes que consideram a realização de ações de formação como alternativa à situação de desemprego reportaram menores níveis de estatuto, tal como ocorreu no que diz respeito ao fator Contato Social. Por último, no que

Estatuto		M (DP)	F	P
Habilitações académicas	Ensino Básico	4.19 ^a (.35)	4.01	.02
	Ensino Secundário	4.54 ^{ab} (.82)		
	Ensino Superior	4.89 ^b (.65)		
Formação como alternativa ao desemprego	Sim	4.24 (.59)	6.75	.01
	Não	4.73 (.67)		

Tabela 6 - Médias (desvios-padrão) da variável Estatuto, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias. Nota: nas variáveis com mais de 2 grupos, médias seguidas da mesma letra sobrescrita são estatisticamente iguais a $p < .05$, usando o teste post-hoc de Scheffe.

diz respeito ao benefício manifesto da LAMB-scale, o fator Disponibilidade Financeira, surgiu uma elevada quantidade de diferenças significativas, exposta na Tabela 7. Assim, parece existir uma relação de interação relativamente à idade dos participantes, com o grupo constituído entre os 18 e os 25 anos a apresentar valores mais elevados neste sentido, assim como a nível do estado civil, sendo que o grupo Solteiro demonstrou níveis mais elevados deste fator relativamente ao grupo Divorciado/Viúvo. A nível da situação profissional, destacam-se as diferenças entre o caso de “Desempregado há mais de 2 anos” e os casos de “À procura do primeiro emprego” e de “Desempregado há menos de 1 ano”, sendo que, em ambas as situações, a condição de desemprego a longo termo (i.e., desemprego durante mais de dois anos) apresentou níveis mais baixos de disponibilidade financeira. Do mesmo modo, a condição referente à experiência de trabalho dos participantes surgiu igualmente como aspeto influenciador, uma vez que o caso de experiência de maior duração – “Mais de 3 anos” – surge como significativamente distinto dos casos de menor duração, nomeadamente o caso de “Nenhuma” experiência e de “Menos de 1 ano” de experiência, apresentando, em ambas as situações, níveis mais baixos de disponibilidade financeira. Relativamente à realização de ações de formação, os participantes que reportaram já ter frequentado outras ações de formação apresentaram níveis mais elevados de disponibilidade financeira

(comparativamente aos que reportaram não ter frequentado), sendo que destes, aqueles que as concretizaram uma vez que tal constituía como objetivo nos seus planos de empregabilidade apresentaram níveis superiores de disponibilidade financeira. A nível da consideração reportada pelos respondentes no que diz respeito à ação influenciadora do fator de segurança ou insegurança associado à obtenção de emprego num futuro próximo, os participantes que consideram existir essa relação apresentaram níveis mais baixos de disponibilidade financeira, assim como os participantes que consideraram que esta influência estaria diretamente relacionada com a dificuldade e necessidade de garantir independência financeira. Por último, as diferenças demonstradas recaem relativamente ao agregado familiar dos participantes, no sentido em que os respondentes que têm indivíduos dependentes de si e os respondentes que apresentam outras situações de desemprego na sua família reportaram níveis inferiores de disponibilidade financeira, comparativamente aos restantes.

Disponibilidade Financeira		<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>F</i>	<i>p</i>
Idade	18-25 anos	3.05 (.86)	1.82	.02
	26-55 anos	2.25 (1.11)		
Estado Civil	Solteiro	2.90 ^a (.96)	7.38	.00
	Casado/União de fato	2.34 ^{ab} (1.14)		
	Divorciado/Viúvo	1.55 ^b (.90)		
Situação Profissional	À procura do primeiro emprego	3.18 ^{ab} (.68)	8.68	<.001
	Desempregado há menos de 1 ano	2.84 ^a (1.33)		
	Desempregado entre 1-2 anos	2.48 ^{ab} (.82)		
	Desempregado há mais de 2 anos	1.84 ^b (1.13)		
Realização de ações de formação	Sim	2.66 (1.07)	5.93	.02
	Não			
Formação como sempre parte dos planos	Sim	3.10 (1.18)	4.30	.04

	Não	2.23 (1.18)		
Experiência de Trabalho	Nenhuma	3.14 ^a (.76)	4.41	.00
	Menos de 1 ano	3.08 ^a (.86)		
	Entre 1-2 anos	2.60 ^{ab} (1.34)		
	Entre 2-3 anos	2.22 ^{ab} (2.12)		
	Mais de 3 anos	2.23 ^b (1.053)		
Influência de expectativa	Sim	2.58 (1.03)	7.53	.01
	Não	3.78 (1.06)		
Influência: Garantir independência financeira	Sim	2.47 (1.01)	4.13	.05
	Não	3.09 (1.02)		
Familiares Dependentes	Sim	2.17 (1.19)	6.11	.02
	Não	2.80 (1.00)		
Desemprego Familiar	Sim	2.23 (1.16)	4.46	.04
	Não	2.78 (1.02)		

Tabela 7 - Médias (desvios-padrão) da variável Disponibilidade Financeira, em função de diversas variáveis dos respondentes, seguidas dos testes de diferenças entre médias. Nota: nas variáveis com mais de 2 grupos, médias seguidas da mesma letra sobrescrita são estatisticamente iguais a $p < .05$, usando o teste post-hoc de Scheffe.

V. Discussão

O objetivo principal deste estudo consistia na compreensão de alguns aspetos do impacto psicossocial da situação de desemprego nos indivíduos. Neste sentido, um dos objetivos de investigação prendia-se com a análise das relações de interação entre os aspetos dependentes desta situação, nomeadamente a saúde psicológica, e o acesso aos benefícios latentes e manifestos do emprego. Como referido anteriormente, foram encontradas relações de correlação entre as variáveis em análise, sendo que os resultados vão ao encontro dos apresentados por investigação prévia, que “demonstrou uma relação positiva entre o acesso a benefícios latentes e o bem-estar psicológico” (Creed & Macintyre, 2001; Haworth, 1997; Jackson, 1999; Martella & Maass, 2000; Waters & Moore, 2002, citados por Muller et al., 2005). No entanto, e de acordo com Muller e colaboradores (2005), a investigação sugere a existência de graus de influência distintos na interação entre os benefícios latentes e o bem-estar (Waters & Moore, 2003; Creed & Macintyre, 2001), sendo que este estudo contribui para essa perspetiva – díspar da consideração de Jahoda (1982), que assentava no equilíbrio da ação influenciadora de cada um dos benefícios latentes – ao apresentar diferenças relativamente ao nível de significância assumido nestas relações. A importância fornecida por Jahoda (1982) à estruturação temporal tem vindo a ser substanciada por autores como Hepworth (1980), cujo estudo destacou este fator como principal preditor de saúde mental, ou Winefield, Tiggemann e Winefield (1992), que demonstraram o efeito mediador de *buffering* que este benefício desempenhava no impacto dos efeitos negativos do desemprego na população jovem (Creed & Macintyre, 2001). Porém, e no seguimento das conclusões do estudo de Creed e Macintyre (2001) e de Muller e colaboradores (2005), na presente análise, foi possível encontrar uma correlação entre a saúde psicológica e o propósito coletivo, sendo que esta relação tende a surgir se o acesso a este fator for determinado através de atividades de trabalho ou de lazer (Haworth & Paterson, 1995 citado por Creed & Macintyre, 2001). Do mesmo modo, é de notar a relação entre o benefício manifesto do emprego e a saúde mental, diversas vezes demonstrada pela investigação (Kessler, Turner, & House, 1987; Kokko & Pulkkinen, 1997; Whelan, 1992 citados por Creed & Bartrum, 2008). Estes resultados são ainda substanciados pelos estudos de Dew, Bromet e Penkower (1992), cuja associação entre as dificuldades financeiras e a depressão numa amostra de desemprego feminino se revelou análoga à interação reportada pela generalidade da população desempregada (Vinokur, Price, & Caplan, 1991 citado por Creed & Bartrum, 2008). De destacar ainda o papel preditor do benefício de disponibilidade financeira no bem-estar

psicológico, demonstrado por Creed e Macintyre (2001) e pela conclusão de Whelan (1992) relativamente ao efeito intensificador da pobreza no impacto negativo do desemprego, não apenas no que diz respeito ao indivíduo envolvido, como igualmente à sua família (Creed & Macintyre, 2001), sendo a existência de associação entre estes aspetos consistente com a investigação (e.g. Creed & Macintyre, 2001; Kessler et al., 1987; Kokko & Pulkkinen, 1997; Whelan, 1992; Muller et al., 2005). Porém, apesar de este fator não surgir neste estudo enquanto principal no que diz respeito às interações de associação, é possível considerar que esta relação vai de encontro à associação entre este fator e níveis mais baixos de bem-estar psicológico (Feather, 1989; Rowley & Feather, 1987 citados por Muller et al., 2005), e um menor acesso aos benefícios latentes (Ullah, 1990 citado por Muller et al., 2005). Em última instância, é necessário ter em consideração a importância assumida pelo fator de contato social neste estudo, cuja forte correlação com a saúde mental sustenta a consideração do seu efeito positivo a nível do bem-estar psicológico (Haworth & Ducker, 1991; Kenwood & Miles, 1987 citados por Creed & Macintyre, 2001) e da depressão (Bolton & Oatley, 1987 citado por Creed & Macintyre, 2001), assim como do efeito atribuído ao suporte social por Hammer (1993), através do qual o apoio fornecido por uma rede próxima de família e amigos exerce um efeito de moderação no que diz respeito ao impacto negativo do desemprego no bem-estar (Creed & Macintyre, 2001). A informação obtida por esta e outras investigações suporta, deste modo, a perspectiva de Muller e colaboradores (2005), que considera a complementaridade dos modelos de privação latente (Jahoda, 1981, 1982) e de restrição de agência (Fryer, 1986), discordante da exclusão mútua destas duas abordagens. Tendo isto em consideração, é possível concluir que a Hipótese 1 foi confirmada pelos resultados deste estudo, uma vez que se evidenciaram correlações significativas relativamente à interação entre a saúde mental e os benefícios do emprego.

No que diz respeito à Hipótese 2, confirmada neste estudo, destaca-se ainda a interação entre o benefício manifesto do emprego e o benefício de Contato Social, apontada por Creed e Watson (2003). Esta relação entre benefícios surge, neste estudo, primeiramente através da análise da correlação que apresentam, e, posteriormente, na especificidade que demonstram relativamente à interação com o fator de expectativa (associado à probabilidade de “encontrar emprego num futuro próximo”): nomeadamente, apenas estes dois domínios sofreram diferenças com base na crença de que esta expectativa poderá afetar outros aspetos da vida do indivíduo, sendo que esta associação apoia a conceção de que, não apenas a restrição financeira, como também a insegurança – inerentes à situação de desemprego –

reduzem e inibem a capacidade de controlo do indivíduo relativamente ao seu contexto e decurso de vida, ao planeamento e à predição do futuro (Strandh, 2000), culminando na exacerbação do impacto negativo da situação de desemprego no indivíduo através da associação a níveis elevados de *distress* psicológico (Hannah, O’Riain, & Whelan, 1997 citado por Creed & Bartrum, 2008). De notar, no entanto, que a expectativa específica à necessidade de “garantir dependência financeira” apresenta efeitos diferenciais no benefício manifesto (como exetável) e no benefício latente de Propósito Coletivo, sendo que, em ambas as ocorrências, a crença de que o fator de expectativa apresenta uma ação de influência neste aspeto central da vida dos participantes se encontra associada a um menor acesso ao benefício em questão: ou seja, estes indivíduos tendem a sentir uma maior restrição financeira, e uma menor valorização e contribuição no que diz respeito ao papel que ocupam na sociedade. Atendendo às expectativas desta hipótese, Creed e Watson (2003) demonstraram a importância da interação entre benefícios, destacando o fator preditor revelado pela interação entre o Contato Social e a Disponibilidade Financeira, relativamente ao bem-estar na população desempregada, e argumentando que a perda do benefício manifesto do emprego pode afetar, direta ou indiretamente, o bem-estar (neste último através da combinação com os benefícios latentes). Neste caso, valores mais baixos de Disponibilidade Financeira foram associados ao aumento de *distress* psicológico, quando presentes níveis igualmente inferiores de Contato Social: o suporte social surge enquanto possível moderador entre o benefício manifesto e o bem-estar, evidenciando a importância destes benefícios na predição de bem-estar na situação de desemprego (Creed & Watson, 2003). De notar, igualmente, a conceção de Çelik (2008), de que a população jovem tende a permanecer na residência familiar devido à capacidade única do suporte familiar de a habilitar no sentido de ultrapassar as dificuldades económicas resultantes da situação de desemprego, o que, mais uma vez, evidencia a importância destes domínios, da sua forte correlação e da sua interação com a saúde mental nesta(s) experiência(s) de vida.

Atendendo aos resultados obtidos neste estudo, é possível destacar as diferenças apontadas pelo nível de habilitações académicas, com o Ensino Superior a associar-se a níveis mais elevados de saúde mental e de acesso aos benefícios de Contato Social, Propósito Coletivo e Estatuto, quando comparativamente aos restantes grupos analisados (Ensino Básico e Ensino Secundário), sendo que este aumento parece ser paralelo aos diferentes níveis de qualificação alcançados. Isto vai de encontro à investigação de Strandh (2000), que revelou a distinção entre o retorno à educação superior e à educação secundária, com apenas

a primeira ocorrência a associar-se ao aumento no bem-estar mental, sendo que uma possível justificação para esta situação pode estar relacionada com a “maior sensação de controlo do decurso de vida inerente a uma educação universitária” (p.477). Do mesmo modo, estes resultados podem ter sofrido a influência de outro aspeto preponderante neste estudo, nomeadamente o facto do contexto de recolha de informação se caracterizar enquanto WBE: neste sentido, torna-se fundamental ter em consideração o fator protetor que este tipo de formação apresenta, principalmente no que diz respeito à população jovem, ao providenciar a experiência de integração e vivência dos aspetos económicos e políticos da empregabilidade (DeLuca et al., 2015). No contexto de empregabilidade atual, esta estrutura surge enquanto “direção promissora para o encorajamento da empregabilidade jovem” (Bell & O’Reilly, 2008; OCDE, 2000; Quintini, Martin, & Martin, 2007; Ungar, 2005a, citados por DeLuca et al., 2015, p.194). Por outro lado, o género não surgiu enquanto fator diferenciador em nenhum dos domínios analisados, sendo que estes resultados confirmam a dificuldade deste tipo de investigação em alcançar uma conclusão universal relativamente às diferenças de vivência de homens e mulheres. Como referido anteriormente, a ausência de efeitos diferenciais na saúde psicológica e no acesso aos benefícios do emprego substancia os desfechos apontados por Creed e Watson (2003) e por Booker e Sacker (2011), contrariando a antiga perspetiva de investigação de que o género feminino não sofria do mesmo grau de privação dos benefícios de emprego, uma vez que a sua necessidade de trabalho era menos imperativa do que a do género masculino (Kauffman & Fetters, 1980 citado por Creed & Watson, 2003). No que diz respeito às restantes características individuais tidas em consideração na Hipótese 3 deste estudo, é de notar a predominância de efeitos diferenciais apenas manifestados relativamente ao benefício manifesto do emprego. A maior privação à disponibilidade financeira por parte da faixa etária mais velha (entre os 26 e os 55 anos de idade) poderá ter como justificação o facto da vida destes indivíduos já se caracterizar por exigências financeiras mais exacerbatantes (Warr, Jackson & Banks, 1998) citado por Creed & Watson, 2003), o que, tendo em consideração a forte correlação entre a Disponibilidade Financeira e a Saúde Mental, substancia a consideração de que a situação económica se associa “a um impacto negativo na saúde autoavaliada e mental da população adulta” (Urbanos-Garrido & Lopez-Valcarcel, 2014; Bartoll et al., 2014 citados por Aguilar-Palacio et al., 2015, p.427). Do mesmo modo, parece ter surgido um paralelismo entre as características individuais e as características contextuais dos participantes, uma vez que a Disponibilidade Financeira constituiu a única associação diferencial exposta neste estudo

para os fatores de Experiência de Trabalho e Situação Profissional, com exceção da inexistência de efeitos diferenciais por parte da Tipologia de Empregabilidade. Assim, é de notar uma tendência de maior privação do benefício manifesto do emprego no caso duma maior antiguidade no mercado laboral – nomeadamente, “Mais de 3 anos” de experiência - e de um período mais elevado de situação de desemprego, – nomeadamente, “Desempregado há mais de 2 anos” – esta última apresentando-se como a condição com maior restrição financeira, conclusões que apoiam a capacidade destes aspetos em definir distintos padrões de desemprego (Rose, 1997 citado por Parada & Coimbra, 1999, 2000). Por último, atendendo à tipologia de emprego analisada neste estudo, a inexistência de resultados diferenciais deve servir de encorajamento para a inclusão desta característica em investigações futuras neste âmbito, uma vez que a reestruturação do mercado de trabalho tem vindo a fornecer um maior enfoque a estas vias de emprego, resultando numa propagação cada vez mais uniforme relativamente à empregabilidade estável e à forma tradicional de trabalho. No que diz respeito à investigação prévia, é possível notar a investigação de Strandh (2000), na qual o reemprego originou um aumento no bem-estar mental, estando, no entanto, dependente da situação contratual proposta. Tendo estas conclusões em consideração, a Hipótese 3 foi apenas parcialmente confirmada pelos resultados deste estudo, uma vez que se asseguraram as expectativas relativamente aos efeitos diferenciais das características individuais de Idade e Habilitações Académicas, e contextuais de Experiência de Trabalho e Situação Profissional na interação com a saúde mental e os benefícios do emprego.

Tendo em consideração a Hipótese 4 deste estudo, é possível destacar o único efeito diferencial que a realização de ações de formação suscitou, com os participantes que reportaram já ter realizado ações de formação distintas da que se encontravam a concretizar no momento do estudo a demonstrar um maior acesso ao benefício manifesto do emprego. Este resultado vai de encontro à expectativa de investigação inicial, apesar de, no entanto, este aspeto não ter apresentado efeitos significativos relativamente à saúde psicológico e aos benefícios latentes do emprego. Porém, no que diz respeito às motivações inerentes à realização de diversas ações de formação, surgiram igualmente efeitos diferenciais nestes benefícios, sendo que a declaração de realização de ações de formação enquanto “alternativa ao desemprego” – estipulada neste estudo enquanto ação obrigatória ou de necessidade – demonstrou uma maior privação no acesso aos benefícios de Contato Social e de Estatuto, isto é, tendem a não se comprometer em tantas atividades sociais, sentindo-se menos

apoiados, respeitados e valorizados a nível das redes sociais de que dispõem. Por outro lado, a condição relativa à realização de ações de formação enquanto inerente ao planeamento do decurso de vida dos participantes – estipulada neste estudo enquanto ação voluntária ou como meio de desenvolvimento pessoal – demonstrou um maior acesso aos benefícios de Contato Social e de Disponibilidade Financeira. Apesar de estas conclusões não incluírem as restantes condições motivacionais analisadas neste estudo, é de notar a diferenciação imposta entre as duas tipologias de formação consideradas, demonstrando que esta caracterização, não apenas deve ser tida em consideração nos projetos de investigação futuros, como é de facto um fator influenciador no modo como a situação de desemprego é experienciada. Ainda, é necessário notar a importância que as consequências da realização voluntária de ações de formação pode demonstrar nos restantes domínios analisados neste estudo, uma vez que os benefícios de Disponibilidade Financeira e de Contato Social surgem fortemente correlacionados com a saúde mental, sendo que este último apresenta, ainda, fortes correlações com a totalidade dos benefícios do emprego da LAMB-scale, podendo agir como fator influenciador na interação entre esta característica formativa e o acesso aos mesmos. Atendendo a estas considerações, a Hipótese 4 foi, então, parcialmente confirmada.

No que diz respeito à Hipótese 5 deste estudo, o estado civil de solteiro surge enquanto preditor de maior acesso à disponibilidade financeira, comparativamente aos restantes grupos, sendo de destacar o efeito diferencial significativo entre os indivíduos solteiros, e os indivíduos divorciados ou viúvos. Uma possível justificação para este resultado poderá estar relacionada com a idade dos indivíduos integrantes de cada um dos grupos de estado civil, uma vez que as faixas etárias mais velhas tendem a experienciar relacionamentos mais duradouros e, conseqüentemente, de maior compromisso (no caso matrimonial), que poderão resultar em experiências de divórcio ou, em última instância, de viuvez: tendo em consideração esta abordagem, a conclusão relativa a esta característica vai de encontro à expectativa de investigação apontada neste estudo. Do mesmo modo, a presença de mais de uma ocorrência de desemprego no agregado familiar dos participantes demonstrou estar associada a uma maior privação de Disponibilidade Financeira, sendo que seria importante considerar a consequência do atual mercado de trabalho e dos recentes choques macroeconómicos, – viz., a diferenciação entre habitações *work-poor* e *work-rich* – não apenas no processo de transição da população jovem (Gregg & Wadsworth, 2000 citado por O'Reilly et al., 2015), como igualmente das faixas etárias mais velhas, para a empregabilidade estável. A interação com o benefício manifesto do emprego mantém-se no

que diz respeito à presença de indivíduos dependentes dos participantes no seu agregado familiar, com a ocorrência desta condição a revelar uma maior restrição financeira. No mesmo sentido, a vantagem apontada pelo estado civil de solteiro poderá residir no facto de estes indivíduos geralmente não possuírem sujeitos dependentes de si no agregado familiar, – principalmente menores de idade – o que, de acordo com os resultados neste estudo, lhes fornece igualmente um maior acesso ao benefício manifesto do emprego. Assim, no que diz respeito a este benefício, a associação entre estas três características pode constituir um fator protetor do impacto da restrição financeira inerente à situação de desemprego. No entanto, destaca-se, igualmente, a associação entre a presença de indivíduos dependentes no agregado familiar dos participantes e a maior privação do benefício latente de Estruturação Temporal, que determina que estes participantes consideram que o seu tempo é devidamente ocupado e estruturado, relativamente às diversas tarefas e atividades que o integram. Tendo estes resultados em consideração, é possível verificar que a Hipótese 5 do estudo foi confirmada.

VI. Conclusões

Atualmente, a probabilidade de vivenciar experiências de desemprego tornou-se preponderante na vida dos indivíduos, podendo prolongar-se desde que iniciam o seu desenvolvimento – tendo em consideração a “cultura da pobreza” (Mead, 1986; Wilson, 1987 citados por O’Reilly et al., 2015) – até à sua saída definitiva do mercado de trabalho: no entanto, esta condição não é algo adquirido como universal (Méron & Minni, 1995; St Aubyn, 1997), uma vez que determinadas variáveis individuais influenciam na definição distinta de padrões de desemprego, como “o género, a classe etária ou a região de pertença, o nível de qualificação formal alcançado ou a antiguidade no mercado de trabalho” (Rose, 1997, citado por Parada & Coimbra, p.52). Porém, o contexto no qual os indivíduos se inserem não pode ser descorado, sendo que a causa primária da situação de desemprego consiste nas condições do mercado laboral (Clemens, Boyle & Popham, 2009; Heponiemi, Elovainio, Manderbacka, Aalto, Kivimäki, & Keskimäki, 2007, citados por Lindström et al., 2012), podendo a causalidade ser exacerbada pelas características dos sujeitos. Ainda, – contrariamente à perspetiva Egan e colaboradores (2015) – uma saúde mental pobre apresenta apenas um efeito de seleção, no que diz respeito a esta condição, sendo que esta característica pode tornar os indivíduos mais propensos à experiência de desemprego (Clemens, Boyle & Popham, 2009; Heponiemi, Elovainio, Manderbacka, Aalto, Kivimäki, & Keskimäki, 2007 citados por Lindström et al., 2012).

Do mesmo modo, Creed e Macintyre (2001) focam o impacto negativo do desemprego enquanto consequência direta da vivência desta experiência de vida, contrariamente à consideração deste como resultado do menor nível de competências pessoais e de saúde psicológica (ver Murphy & Athanasou, 1999). Este impacto prevê-se em diversos domínios da vida do indivíduo, sendo que a abordagem de Creed e Watson (2003) corrobora a análise realizada neste estudo, com a população desempregada a demonstrar uma utilização menos estruturada e propositada do tempo (Wanberg, Griffiths, & Gavin, 1997), com menor envolvimento em atividades sociais (Underlid, 1996), e a apresentar menor estatuto (Creed & Muller, 2003), a ser menos ativa (Waters & Moore, 2002), a sentir menor inclusão num propósito coletivo, e a suportar maior restrição financeira (Jackson, 1999). Ainda, é de notar a forte interação entre o acesso aos benefícios do emprego e o nível de bem-estar (ver Haworth, 1997 citado por Creed & Watson, 2003), que foi igualmente exposta neste estudo.

Os efeitos negativos da experiência do desemprego são, atualmente, evidenciados a nível mundial – com estudos realizados em países como Turquia (ver Çelik, 2008), Japão e

Itália (O'Reilly et al., 2015), Suécia (Lindström et al., 2012) – sendo que na Inglaterra, América e Alemanha se destacam, igualmente, os efeitos psicológicos beneficiadores do reemprego no bem-estar mental (ver Warr & Jackson, 1983; Frese & Mohr, 1987; Kessler et al., 1989; Patterson, 1997 citados por Strandh, 2000). Esta conclusão é também evidenciada por Strandh (2000) no contexto escandinavo (Korpi, 1997; Lahelma, 1992), sendo que as transições relacionadas, tanto com a entrada, como a saída da empregabilidade, surgem associadas a mudanças no bem-estar psicológico, na Dinamarca (Iversen & Sabroe, 1988). Porém, segundo Lindström e colaboradores (2012), é importante ter em consideração que a influência do desemprego na saúde não se limita à saúde mental (Cooper, McCausland & Theodossiou, 2006), podendo atingir a saúde geral do indivíduo (McKee-Ryan, Song, Wanberg & Kinicki, 2005), e, naturalmente, a probabilidade da sua utilização de cuidados de saúde (Carr Hill, Rice & Roland, 1996; Fields & Briggs, 2001; Kraut, Mustard, Walld & Tate, 2000).

Ainda, é fundamental estimar a importância de estruturas formativas de WBE, não apenas no desenvolvimento de fatores individuais influenciadores da transição educação-emprego, mas igualmente na sua permutação para contextos de trabalho, como garantia da concretização de transições efetivas para a empregabilidade estável (DeLuca et al., 2015).

6.1. Limitações Metodológicas

No que diz respeito aos resultados obtidos, é possível destacar o facto do contexto analisado corresponder a uma estrutura de WBE, o que pode ter apresentado influência nos resultados, ao agir enquanto mediador do impacto negativo do desemprego em indivíduos que procuraram complementar o seu percurso formativo: isto é, não foram tidas em consideração situações onde esta variável não fosse incluída. No mesmo sentido, surge uma desigualdade relativamente à distribuição de género, uma vez que a maioria da amostra correspondia ao género masculino. Isto pode ter representado um efeito na ausência de resultados diferenciais significativos, impossibilitando a confirmação – como, segundo Creed e Watson (2003), é o caso do nível mais elevado de restrição financeira no género feminino, apesar da associação entre este benefício e o bem-estar ser mais elevada nos homens (Waters & Moore, 2002), assim como a maior tendência para a procura de suporte social por parte da população jovem do género feminino (Frydenberg & Lewis, 1991), com a associação entre este benefício e o bem-estar a ser mais elevada neste género (Hammarström & Janlert, 1997) – ou a obtenção de resultados mais complexos – como é revelado por Booker e Sacker (2011), com o género (Luhmann & Eid, 2009; Lucas et al.,

2004) e a idade (Luhmann & Eid, 2009) a surgir enquanto moderadores entre o impacto do desemprego e o bem-estar mental – mesmo considerando o facto de esta característica não apresentar consenso empírico. Por último, salienta-se a predominância de participantes solteiros, comparativamente às restantes condições de estado civil, o que poderá ter impossibilitado a obtenção de efeitos diferenciais relativamente a outros aspetos analisados, como ocorreu com a Disponibilidade Financeira.

Outro fator que pode ser visto como limitação foi o facto de a metodologia não ter sido longitudinal, limitando a análise dos efeitos do desemprego ao momento em que foi realizada a recolha de informação. As consequências podem sofrer modificações ao longo dum período temporal, sendo interessante considerar abordagens como as de Strandh (2000) ou Booker e Sacker (2011).

6.2. Pistas para Investigações Futuras

Tendo em consideração as limitações metodológicas e os resultados deste estudo, é necessário analisar com maior enfoque determinadas características individuais e contextuais incluídas neste estudo, de modo a ser possível alcançar resultados universais. Mais especificamente, a luta pela igualdade de género na participação no mercado de trabalho tem vindo a impor um equilíbrio previamente inexistente e que deve ser considerado na investigação futura: no entanto, não deve ser olvidada a disparidade a nível da remuneração, que se sente entre o género masculino e a inferioridade no género feminino (Australian Bureau of Statistics, 2001 citado por Creed & Watson, 2003), sendo que estes fatores de (des)igualdade podem apresentar ação de influência na experiência do desemprego.

No que diz respeito à análise de recursos ou competências pessoais (e.g. expectativas, valores, experiências prévias e temperamento), existe igualmente uma necessidade de expandir a investigação no âmbito do bem-estar mental e dos benefícios do emprego (DeNeve & Cooper, 1998; Ezzy, 1993) citados por Creed & Bartrum, 2008), sendo que o fator de expectativa incluído neste estudo permitiu contribuir para esta omissão investigativa. Este fator assume ainda mais importância se considerarmos a investigação mais recente, que – segundo DeLuca e colaboradores (2015) – observa o fornecimento de apoio à população jovem, direcionado ao alcance de autonomia, como gerador de “um sentido de “esperança de trabalho”, ou seja, crença de que os seus esforços académicos podem valer a pena nas suas carreiras futuras” (p.187) (e.g. Kenny et al., 2010). Assim, torna-se crucial a inclusão de variáveis de personalidade, como ocorre com o neuroticismo (instabilidade emocional),

que pode surgir como “preditor forte e consistente do bem-estar” (Creed, Machin, & Hicks, 1996; Diener, Suh, Lucas, & Smith, 1999 citados por Creed & Watson, 2003, p.96).

Destaca-se, igualmente, a importância do Contato Social e da Disponibilidade Financeira enquanto influenciadores da saúde mental e do acesso aos restantes benefícios do emprego. Estes são evidenciados pelo papel crucial que o (a) capital social pode apontar, não apenas enquanto característica – “a nível psicológico macro (países, regiões), meso (vizinhanças), micro (redes sociais) e individual (confiança)”, segundo Macinko e Starfield (2001, p.52) – mas, igualmente, enquanto fator mediador entre o estatuto socioeconómico e a saúde mental (Lindström et al., 2012); e o (b) estatuto socioeconómico parece representar, segundo Çelik (2008), – não apenas na gestão da experiência de desemprego e na “determinação do bem-estar económico, social, e psicológico da juventude desempregada” (p.442) – mas, igualmente, na tendência que este fator de restrição financeira ocasiona num menor nível de experiências educacionais e de expectativas de empregabilidade, sendo que a dependência económica surge como capaz de originar outros tipos de dependência.

Em última instância, não se pode olvidar a necessidade de direcionar as políticas de intervenção no sentido do desenvolvimento dos indivíduos em situação de desemprego, com enfoque nas suas atitudes, crenças e conhecimentos, de modo a fornecer uma identidade de cidadania, propósito e autonomia (Fergusson, 2013) capaz, não apenas de suportar o impacto negativo da situação, como de garantir a permanência no contexto de empregabilidade. Estas necessidades parecem ser satisfeitas por instituições WBE, cuja ação é recomendada – de acordo com DeLuca e colaboradores (2015), graças aos resultados individuais alcançados (e.g. Schoon & Bynner, 2003) e à informação da sociedade integrada (e.g. Quintini, Martin, & Martin, 2007) – por investigadores e organizações internacionais, enquanto meio de interação entre educação e trabalho (e.g. ETF, 2008; OCDE, 2000). No mesmo sentido, e considerando a consequência da vivência de desemprego na saúde, existem implicações políticas que devem ser aplicadas pelo sistema de cuidado de saúde, de modo a possibilitar a reentrada dos sujeitos na “força de trabalho ativa no mercado de trabalho” (Lindström et al., 2012, p.59). Este esforço deve ser apoiado pela criação de “programas de regresso-ao-trabalho que providenciem suporte financeiro, emocional e psicológico” (Creed & Bartrum, 2008, p.477) e medidas que assegurem a qualidade da empregabilidade estável, evitando a frequência de períodos repetitivos de desemprego (Booker & Sacker, 2011), uma vez que a atividade laboral surge enquanto possível intervenção terapêutica para a população desempregada (Lindström et al., 2012).

VII. Referências Bibliográficas

- Arcidiacono, C., Procentese, F., & Di Napoli, I. (2007). Youth, Community Belonging, Planning and Power. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 17, 280–295. doi:10.1002/casp.935
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. (23 de Março de 2016). *QNQ - Quadro Nacional de Qualificações*. Obtido de Web site de Catálogo Nacional de Qualificações: <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Home/QNQ>
- Aguilar-Palacio, I., Carrera-Lasfuentes, P., & Rabanaque, M. J. (2015). Youth unemployment and economic recession in Spain: influence on health and lifestyles in young people (16–24 years old). *International Journal of Public Health*, 60, 427–435. doi:10.1007/s00038-015-0668-9
- Bento, S. P. A. (2009). “Os Inempregáveis”: Estudos de caso sobre os impactos psicossociais do não-emprego em licenciados portugueses (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade do Porto, Porto, Portugal
- Booker, C. L., & Sacker, A. (2011). Psychological well-being and reactions to multiple unemployment events: adaptation or sensitization?. *J Epidemiol Community Health*, 1–7. doi:10.1136/jech.2010.126755
- Çelik, K. (2008). ‘My state is my father’: youth unemployment experiences under the weak state welfare provisions of Turkey. *Journal of Youth Studies*, 11(4), 429–444. doi:10.1080/13676260802106191
- Choudhry, M. T., Marelli, E., & Signorelli, M. (2012). Youth unemployment rate and impact of financial crises. *International Journal of Manpower*, 33(1), 76–95.
- Creed, P. A., & Bartrum, D. A. (2008). Personal Control as a Mediator and Moderator Between Life Strains and Psychological Well-Being in the Unemployed. *Journal of Applied Social Psychology*, 38(2), 460–481.
- Creed, P. A., & Macintyre, S. R. (2001). The Relative Effects of Deprivation of the Latent and Manifest Benefits of Employment on the Well-Being of Unemployed People. *Journal of Occupational Health Psychology*, 6(4), 324–331. doi:10.1037//1076-8998.6.4.324
- Creed, P. A., & Watson, T. (2003). Age, Gender, Psychological Wellbeing and the Impact of Losing the Latent and Manifest Benefits of Employment in Unemployed People. *Australian Journal of Psychology*, 55(2), 95–103.

- DeLuca, C., Godden, L., Hutchinson, N. L., & Versnel, J. (2015). Preparing at-risk youth for a changing world: revisiting a person-in-context model for transition to employment. *Educational Research*, 57(2), 182–200. doi:10.1080/00131881.2015.1030854
- Egan, M., Daly, M., & Delaney, L. (2015). Childhood psychological distress and youth unemployment: Evidence from two British cohort studies. *Social Science & Medicine*, 124, 11–17. doi:10.1016/j.socscimed.2014.11.023
- Fergusson, R. (2013). Against disengagement: non-participation as an object of governance. *Research in Post-Compulsory Education*, 18(1-2), 12–28. doi:10.1080/13596748.2013.755806
- Goldberg, D. P. (1972). *The detection of psychiatric illness by questionnaire*. London: Oxford University Press
- Lindström, M., Ali, S. M., & Rosvall, M. (2012). Socioeconomic status, labour market connection, and self-rated psychological health: The role of social capital and economic stress. *Scandinavian Journal of Public Health*, 40, 51–60. doi:10.1177/1403494811421825
- MacDonald, R. (2011). Youth Transitions, unemployment and underemployment: Plus ça change, plus c'est la même chose?. *Journal of Sociology*, 47(4), 427–444. doi:10.1177/1440783311420794
- Muller, J., Creed, P., Waters, L., & Machin, M. (2005). The Development and Preliminary Testing of a Scale to Measure the Latent and Manifest Benefits of Employment. *European Journal of Psychological Assessment*, 21(3), 191–198. doi:0.1027/1015-5759.21.3.191
- O'Reilly, J., Eichhorst, W., Gábos, A., Hadjivassiliou, K., Lain, D., Leschke, J., McGuinness, S., Kureková, L. M., Nazio, T., Ortlieb, T., Russell, H., & Villa, P. (2015). Five Characteristics of Youth Unemployment in Europe: Flexibility, Education, Migration, Family Legacies, and EU Policy. *SAGE Open*, 1–19. doi:10.1177/2158244015574962
- Parada, F., & Coimbra, J. L. (1999/2000). Sentidos e Significados do Trabalho no Contexto de uma Realidade em Transformação: O Desemprego e as Dificuldades de Integração Profissional dos Jovens. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 15/16, 47–57.

- Strandh, M. (2000). Different Exit Routes from Unemployment and their Impact on Mental Well-Being: The Role of the Economic Situation and the Predictability of the Life Course. *Work, Employment & Society*, 14(3), 459–479.
- Strandh, M., Novo, M., & Hammarström, A. (2010). Mental health among the unemployed and the unemployment rate in the municipality. *European Journal of Public Health*, 21(6), 799–805. doi:10.1093/eurpub/ckq147
- Strandh, M., Winefield, A., Nilsson, K., & Hammarström, A. (2014). Unemployment and mental health scarring during the life course. *European Journal of Public Health*, 24(3), 440–445. doi:10.1093/eurpub/cku005

Anexos

Anexo A: Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Este estudo tem como objetivo explorar os aspetos psicológicos da situação de desemprego, e enquadra-se na tese de mestrado da estudante Sara Sousa, sob a orientação do Professor Doutor Miguel Cameira.

Para a realização deste estudo, torna-se indispensável a sua participação no preenchimento de um questionário de, aproximadamente, 40 minutos. Toda a informação recolhida será mantida sob total anonimato e confidencialidade.

Embora gostássemos de contar com a sua colaboração, tem toda a liberdade para recusar participar ou desistir a meio do preenchimento do questionário, não havendo quaisquer consequências de tal decisão.

Caso decida participar, por favor, leia e assine a declaração abaixo.

“Declaro que tomei conhecimento do objetivo do estudo. Fui informado/a de todos os aspetos que considero importantes e tive a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas sobre a investigação. Participo de forma voluntária e fui informado/a de que a minha participação, ou recusa em participar, não traria quaisquer benefícios ou prejuízos para mim.”

Data: ____/____/2016

Assinatura

Obrigada pela sua importante colaboração!

NOTA: Caso deseje conhecer os resultados deste estudo, poderá contactar Sara Sousa daqui a cerca de um mês através do e-mail: mipsi11140@fpce.up.pt

Anexo B: Escala de Benefícios Latentes e Manifestos do Emprego

Escala de Benefícios Latentes e Manifestos do Emprego⁴⁵

As seguintes afirmações referem-se a aspetos do impacto psicossocial do desemprego. Leia atentamente cada uma e indique, de acordo com a escala apresentada, o seu nível de concordância ou discordância relativamente a cada item. Apenas poderá assinalar uma opção. Não existem respostas erradas.

Para cada uma das questões, escolha uma das seguintes opções:

1	2	3	4	5	6
Discordo Totalmente	Discordo Bastante	Discordo Moderadamente	Concordo Moderadamente	Concordo Bastante	Concordo Totalmente

1. Costumo ter demasiado tempo livre	1	2	3	4	5	6
2. Quase sempre sinto que ocupo um lugar necessário na sociedade	1	2	3	4	5	6
3. Com os meus rendimentos costumo poupar dinheiro	1	2	3	4	5	6
4. Habitualmente sinto que sou uma pessoa importante para os meus amigos	1	2	3	4	5	6
5. Consigo sempre fazer todas as tarefas que tenho para executar	1	2	3	4	5	6
6. Consigo manter um bom equilíbrio entre as minhas responsabilidades e o meu tempo livre	1	2	3	4	5	6
7. Conheço frequentemente novas pessoas	1	2	3	4	5	6
8. Durante a maior parte do dia não tenho coisas para fazer a horas certas	1	2	3	4	5	6
9. Sinto que o papel que desempenho na sociedade tem valor	1	2	3	4	5	6
10. Os meus rendimentos costumam permitir que faça as coisas que desejo	1	2	3	4	5	6
11. Participo regularmente em atividades sociais com pessoas minhas conhecidas	1	2	3	4	5	6
12. Os meus amigos costumam valorizar a minha companhia	1	2	3	4	5	6
13. Contribuo bastante para a comunidade onde vivo	1	2	3	4	5	6
14. Costumo sentir que o tempo passa devagar	1	2	3	4	5	6
15. Consigo sempre fazer tudo o que tenho para fazer	1	2	3	4	5	6
16. Costumo sentir necessidade de ter mais coisas para fazer para preencher os meus dias	1	2	3	4	5	6
17. Os meus dias estão normalmente bem organizados	1	2	3	4	5	6
18. Os meus rendimentos costumam permitir que faça planos para o futuro	1	2	3	4	5	6
19. Costumo ter muitas oportunidades para conviver com pessoas	1	2	3	4	5	6
20. Normalmente mantenho-me ocupado durante a maior parte do dia	1	2	3	4	5	6

⁴⁵ LAMB-scale (Muller, Creed, Waters & Machin, 2005), versão portuguesa adaptada por Sousa-Ribeiro & Coimbra (2007)

21. Os meus rendimentos permitem que viva tão bem como grande parte dos meus amigos	1	2	3	4	5	6
22. As pessoas à minha volta costumam dar-me valor	1	2	3	4	5	6
23. Costumo não ter nada para fazer	1	2	3	4	5	6
24. Costumo sair e encontrar-me com pessoas	1	2	3	4	5	6
25. As pessoas em geral respeitam-me	1	2	3	4	5	6
26. Os meus rendimentos costumam permitir que eu tenha atividades de ocupação nos tempos livres com a frequência que desejo	1	2	3	4	5	6
27. Participo regularmente em atividades sociais com outras pessoas	1	2	3	4	5	6
28. Existe demasiado tempo morto no meu dia-a-dia	1	2	3	4	5	6
29. Muitas vezes sinto que dou um contributo importante à sociedade em geral	1	2	3	4	5	6
30. Não tenho oportunidades de encontrar pessoas minhas amigas	1	2	3	4	5	6
31. Sinto frequentemente que tenho muito tempo por minha conta	1	2	3	4	5	6
32. Geralmente sinto que faço completamente parte da minha comunidade	1	2	3	4	5	6
33. Geralmente tenho dinheiro suficiente para comprar “mimos” para mim próprio	1	2	3	4	5	6
34. Costumo passar muito tempo com outras pessoas	1	2	3	4	5	6

Anexo C: Questionário de Saúde Geral

Questionário de Saúde Geral⁴⁶

Responda, por favor, à seguinte questão assinalando uma das opções que melhor corresponde ao modo como se tem sentido nas últimas semanas, utilizando:

0	1	2	3
Melhor do que o costume	O mesmo que o costume	Menos do que o costume	Muito menos do que o costume

1. Nas últimas semanas, sentiu-se capaz de se concentrar em tudo o que faz? 0 1 2 3

Responda, por favor, às seguintes questões assinalando uma das opções que melhor corresponde ao modo como se tem sentido nas últimas semanas, utilizando:

0	1	2	3
Não , de forma alguma	Não mais do que o costume	Mais do que o costume	Muito mais do que o costume

2. Nas últimas semanas, perdeu o sono devido a preocupações?	0	1	2	3
3. Nas últimas semanas, sentiu-se constantemente sob pressão?	0	1	2	3
4. Nas últimas semanas, sentiu que não conseguia ultrapassar as suas dificuldades?	0	1	2	3
5. Nas últimas semanas, tem-se sentido infeliz e deprimido?	0	1	2	3
6. Nas últimas semanas, tem sentido que está a perder a confiança em si mesmo?	0	1	2	3
7. Nas últimas semanas, tem pensado em si próprio como uma pessoa sem valor?	0	1	2	3

Responda, por favor, às seguintes questões assinalando uma das opções que melhor corresponde ao modo como se tem sentido nas últimas semanas, utilizando:

0	1	2	3
Melhor do que o costume	O mesmo que o costume	Menos do que o costume	Muito menos do que o costume

8. Nas últimas semanas, sentiu que desempenhava um papel útil nas coisas que fez?	0	1	2	3
9. Nas últimas semanas, sentiu-se capaz de tomar decisões?	0	1	2	3
10. Nas últimas semanas, sentiu-se capaz de desfrutar (retirar prazer) das suas atividades do dia-a-dia?	0	1	2	3
11. Nas últimas semanas, sentiu-se capaz de enfrentar os seus problemas?	0	1	2	3
12. Nas últimas semanas, e considerando todos os aspetos de uma forma global, tem-se sentido razoavelmente feliz?	0	1	2	3

⁴⁶ GHQ-12 (Goldberg, 1972), versão portuguesa adaptada por Sousa-Ribeiro & Coimbra (2005)

Anexo D: Questionário Sociodemográfico

O seguinte questionário tem como objetivo recolher informações gerais sobre si, o seu percurso formativo e a sua situação profissional corrente. O anonimato e confidencialidade serão totalmente assegurados. Os dados obtidos servem apenas para fins estatísticos.

Muito obrigada pela sua importante colaboração.

1. Sexo: Masculino Feminino
2. Idade: _____
3. Estado Civil: Solteiro Casado/União de fato Divorciado/Viúvo
4. Habilitações Académicas:
 - a. Ensino Básico
 - b. Ensino Secundário. Área: _____
 - c. Ensino Superior. Curso: _____
5. Quando terminou a formação?
 - i. Menos de 1 mês
 - ii. Entre 1-6 meses
 - iii. Entre 6 meses e 1 ano
 - iv. Entre 1-2 anos
 - v. Mais de 2 anos
6. Neste momento encontra-se:
 - a. À procura do primeiro emprego
 - b. Desempregado há menos de 1 ano
 - c. Desempregado entre 1-2 anos
 - d. Desempregado há mais de 2 anos
7. Encontra-se a frequentar um percurso formativo? Sim Não.

- a. Se **Sim**:
- i. Terminei o curso e inscrevi-me logo numa ação/programa de formação
 - ii. Procurei emprego e, como não encontrei, decidi completar/investir na minha formação
 - iii. Estive empregado, mas depois decidi completar/investir na minha formação
 - iv. Continuei a estudar, trabalhando ao mesmo tempo

8. Já frequentou outras ações de formação? Sim Não

a. Se **Sim**, quantas horas no total, aproximadamente? _____

b. Porquê?

- i. Sinto necessidade para melhor desempenhar a minha profissão
- ii. É condição para progredir na carreira
- iii. É alternativa ao desemprego
- iv. É a melhor forma para encontrar emprego
- v. Pode permitir-me encontrar um emprego bem remunerado
- vi. Sempre fez parte dos meus planos
- vii. Outro motivo. Qual? _____

9. Tem alguma experiência de trabalho?

- a. Nenhuma
- b. Menos de 1 ano
- c. Entre 1-2 anos
- d. Entre 2-3 anos
- e. Mais de 3 anos

10. Se **Tem experiência de trabalho**, foi:

- a. Emprego a tempo inteiro ligado à sua área de formação

- b. Emprego a tempo inteiro não diretamente ligado à sua área de formação
- c. Emprego a tempo parcial ligado à sua área de formação
- d. Emprego a tempo parcial não diretamente ligado à sua área de formação
- e. Estágio profissional
- f. Outra modalidade: Qual? _____

11. Neste momento, encontrar emprego num futuro próximo...

- a. ... é o mais provável
- b. ... tem grande probabilidade de acontecer
- c. ... pode acontecer
- d. ... é pouco provável
- e. ... não tem qualquer probabilidade de acontecer
- f. Não sei

12. Sente que esta segurança/insegurança influencia outros aspetos da sua vida?

- a. Sim Não
- b. Se **Sim**, em que sentido?
 - i. Manter/criar laços de amizade
 - ii. Garantir independência financeira
 - iii. Constituir família
 - iv. Ter habitação própria
- c. Se **Não**, porquê?

13. Quantas pessoas vivem no seu agregado familiar? _____

- a. Tem dependentes a seu cargo? Sim Não
- b. Tem outras situações de desemprego no seu agregado? Sim Não